



EMERON

Transformando a Justiça pela Educação!

MANUAL DE AVALIAÇÃO

PORTO VELHO

2026

FICHA INSTITUCIONAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Presidente: Desembargador Alexandre Miguel

Vice-Presidente: Desembargador Francisco Borges Ferreira Neto

Corregedor Geral de Justiça: Desembargador Glodner Luiz Pauletto

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Diretor: Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos

Vice-Diretor: Juiz de Direito Cristiano Gomes Mazzini

Coordenador do Laboratório de Inovação Gênesis: Juiz de Direito Áureo Virgílio Queiroz

Coordenador do NUPEP: Juiz de Direito Eduardo Abílio Kerber Diniz

Coordenador do Núcleo Pedagógico de Cacoal: Juiz de Direito Ivens dos Reis Fernandes

CONSELHO SUPERIOR

Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos

Desembargador Isaías Fonseca Moraes

Desembargador Jorge Luiz dos Santos Leal

Juiz de Direito Cristiano Gomes Mazzini

Juiz de Direito Paulo José do Nascimento Fabrício

SECRETARIA GERAL

Gisele Fernandes Rodrigues

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Evanice Cunha da Silva

DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO

Marciane Rossi

FICHA TÉCNICA

PESQUISA

Diretora do Departamento Pedagógico: Marciane Rossi

Assistente Técnico do Departamento Pedagógico: Fernanda Wascheck de Faria

ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO

Diretora do Departamento Pedagógico: Marciane Rossi

COLABORADOR

Juiz de Direito Johnny Gustavo Cledes

REVISÃO DE CONTEÚDOS

Juíza de Direito Úrsula Gonçalves Theodoro de Faria Souza

Juíza de Direito Roberta Cristina Garcia Macedo

Juiz de Direito Eduardo Abílio Kerber Diniz



SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	3
1 INTRODUÇÃO	6
2 CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS	7
2.1 Concepção de Educação	7
2.2 Concepção de Aprendizagem	8
2.3 Concepção de Currículo e Relação com Educação Judicial	8
3 CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO.....	10
3.1 O Papel da Avaliação na Educação: Um Caminho para o Aprendizado Significativo	10
3.2 A Avaliação de Aprendizagem e o Processo de Ensino.....	11
4 DIRETRIZES AVALIATIVAS	11
4.1 Avaliação da Aprendizagem.....	11
4.2 Modalidades da Avaliação:.....	12
4.3 Organização das Avaliações	13
4.4 Instrumentos Avaliativos.....	13
4.5 Atribuição de Notas e Pesos:	14
4.6 Comunicação das Avaliações:	14
5 METODOLOGIA DOS INSTRUMENTOS AVALIATIVOS	15
5.1 Provas escritas, objetivas ou dissertativas:	15
Tutorial Utilizando Guia de Avaliação no Moodle 4.0	19
5.2 Trabalhos expositivos ou escritos - teóricos ou práticos:	19
5.3 Relatório de Visita Técnica.....	24
5.4 Projetos	25
5.5 Estudos de caso.....	26
5.6 Resolução de Problemas	28

5.7 Estudos Dirigidos com Defesa Oral.....	30
5.8 Elaboração de Sentenças	31
5.9 Revisão Crítica de Decisões	32
5.10 Revisão Crítica de Decisões Jurídicas	33
5.11 Debates Técnicos ou Jurisprudenciais.....	34
5.12 Simulações (julgamentos simulados, audiências, mediações e conciliações) ..	36
5.13 Grupos de Discussão	40
5.14 Grupos de Verbalização - Grupo de Observação (GVGO).....	41
5.15 Philips 66.....	43
5.16 Paper.....	44
5.17 Resumos	45
5.18 Análise crítica	46
5.19 Mapas conceituais.....	47
5.20 Registros reflexivos	49
5.21 Portifólios.....	52
5.22 Simulado do Exame Nacional da Magistratura - ENAM	54
6 UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA NOS PROCESSOS AVALIATIVOS	55
6.1 Considerações Éticas e Pedagógicas na Utilização da IA Generativa	56
6.2 Princípios para a Construção de Prompts Eficazes	57
6.3 Criação de Estudos de Caso com IA Generativa	58
6.4 Elaboração de Provas Objetivas com IA Generativa.....	59
6.5 Elaboração de Provas Discursivas (Subjetivas) com IA Generativa	60
6.6 Elaboração de Provas Objetivas no Padrão ENAM com IA Generativa.....	61
6.7 Criação de Padrões de Resposta Detalhados com IA Generativa	63
7 DEVOLUTIVA (FEEDBACK)	67
7.1 Dicas Gerais para Aplicar Devolutiva	67

7.2 Formatos de Devolutivas:.....	68
8 RUBRICAS OU CRITÉRIOS AVALIATIVOS.....	71
8.1 Estrutura de uma Rubrica.....	72
8.2 Vantagens do Uso de Rubricas.....	72
8.3 Como Elaborar uma Rubrica.....	72
8.4 Exemplo de rubrica para a avaliação de uma apresentação oral:.....	73
8.5 Exemplo de rubrica para a avaliação para avaliar trabalhos escritos, como artigos, resenhas, relatórios ou outros textos acadêmicos.	73
9 FALTAS NAS AVALIAÇÕES E RECURSOS	75
10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC.....	76
10.1 A Relevância da Orientação no Processo de Construção do Trabalho de Conclusão de Curso.....	76
10.2 Diretrizes para assegurar a uniformidade no processo de avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso:	77
10.3 Rubrica para Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso	79
11 OUTROS FORMATOS DE AVALIAÇÃO REALIZADOS NA EMERON	82
11.1 Avaliação de Reação.....	82
11.2 Avaliação Institucional.....	83
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS.....	85
ANEXOS	87

1 INTRODUÇÃO

A avaliação desempenha um papel importante no processo de ensino-aprendizagem. Este manual busca fornecer diretrizes e instrumentos que orientem a prática docente na condução dos processos avaliativos, promovendo uma abordagem ética, reflexiva e alinhada às necessidades da formação profissional. Mais do que um mecanismo de mensuração de resultados, a avaliação deve ser compreendida como uma ferramenta transformadora que apoia o aprendizado significativo e o desenvolvimento completo dos discentes.

A prática avaliativa, entretanto, apresenta inúmeros desafios, especialmente no contexto de cursos voltados para a formação de competências avançadas. Avaliar de forma justa e equitativa, garantindo que os instrumentos reflitam não apenas o domínio de conteúdos, mas também habilidades práticas, comportamentais e valores, exige dos docentes um alto grau de planejamento e sensibilidade. Outro desafio está em transformar a avaliação em um processo contínuo e formativo, que vá além da simples mensuração de resultados e incorpore práticas que estimulem a reflexão, o protagonismo e a correção de trajetórias durante o aprendizado. Essa complexidade se intensifica ao considerar a diversidade de perfis dos graduandos e a necessidade de adequar as diferentes formas de avaliação às circunstâncias, objetivos e contextos específicos.

A Emeron, com base nas Diretrizes Pedagógicas da Enfam (2017), adota uma visão de educação como prática social permanente, integral e crítica, pautada na articulação entre teoria e prática. Como tal, a avaliação transcende a atribuição de notas e assume o papel de um componente dinâmico no ensino-aprendizagem, promovendo competências que articulem o saber-fazer, o saber-conhecer e o saber-ser. Alinhada a princípios como a interdisciplinaridade, a práxis reflexiva e a problematização, a avaliação é vista como uma oportunidade de retroalimentação contínua, que valoriza tanto o percurso acadêmico dos discentes como suas contribuições para o ambiente profissional.

Com base em metodologias que privilegiam a contextualização e o protagonismo dos aprendizes, contemplando a aplicação de instrumentos variados que permitam integrar teoria e prática as práticas avaliativas devem ser concebidas como oportunidades de reflexão crítica, alinhando-se à missão da Emeron em formar

magistrados, servidores e demais atores judiciais capacitados a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Portanto, ao oferecer concepções pedagógicas, instrumentos e diretrizes avaliativas, este manual destina-se a nortear o trabalho educativo dos docentes como um instrumento de consulta. Contudo, reconhece-se que, devido à constante necessidade de planejamento e adaptação das avaliações, suas proposições não se esgotam em si mesmas. Seu propósito final é aprimorar os processos de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, contribuir para a formação de profissionais éticos, autônomos, críticos e socialmente comprometidos, aptos a enfrentar os desafios do ambiente jurídico contemporâneo.

2 CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS

2.1 Conceção de Educação

A Emeron adota as Diretrizes Pedagógicas da Enfam (2017) como base para sua visão educacional, focando no desenvolvimento de competências profissionais e na articulação entre teoria e prática. A educação é entendida como uma prática social permanente, integral, ética e crítica, que conecta as dimensões individual e social ao contexto histórico e sociocultural em que é desenvolvida (LIBÂNEO, 2006). Essa compreensão reconhece a formação como um processo construído por meio de relações sociais concretas e significativas entre educadores e educandos.

A proposta educativa da Emeron valoriza a interdisciplinaridade como uma abordagem que integra diferentes campos do conhecimento, promovendo soluções transformadoras para problemas concretos por meio da articulação entre prática jurisdicional e reflexão teórica. A formação enfatiza a autonomia e emancipação dos indivíduos, respondendo às necessidades sociais e profissionais de magistrados e servidores mediante metodologias interdisciplinares e ativas (GONZÁLEZ; COOPER, 2017).

Inspirada por Saviani (2009), a educação é tratada como mediadora da prática social, com o objetivo de capacitar os indivíduos para agir sobre a realidade e contribuir para transformações sociais significativas. Essa mediação é realizada em contextos educativos que conectam vida, trabalho, teoria e prática, promovendo reflexões que transformam tanto os aprendizes quanto o ambiente em que atuam.

2.2 Concepção de Aprendizagem

Alinhada à Enfam, a concepção de aprendizagem da Emeron baseia-se no sociointeracionismo de Vygotsky (1896-1934), segundo o qual o desenvolvimento humano ocorre na interação social e cultural. Nesse processo, a aprendizagem desempenha papel central ao ativar o desenvolvimento por meio de interações significativas que organizam o pensamento e as ações do indivíduo (VYGOTSKY, 2001).

O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) explica como ocorre o avanço do que o indivíduo já domina (desenvolvimento real) para o que ele pode alcançar com apoio social ou colaborativo (desenvolvimento potencial) (VYGOTSKY, 2007). Para Vygotsky, a aprendizagem social, mediada por educadores ou pares, antecede e impulsiona o desenvolvimento mental e social dos sujeitos.

Nesse contexto, o professor atua como mediador ativo das interações entre o aprendiz e o ambiente. Ao estruturar atividades formativas que envolvem trocas de experiências e interações simbólicas – como linguagem e tecnologias –, promove-se um sujeito autônomo, protagonista e criador de seu próprio conhecimento. Este processo, essencial também para a educação a distância, baseia-se na utilização de recursos midiáticos para potencializar as interações sociais e culturais.

2.3 Concepção de Currículo e Relação com Educação Judicial

O currículo na Emeron é entendido como um percurso dinâmico e histórico, que transcende os conteúdos escolares e se materializa em práticas sociais, culturais e pedagógicas que conectam as ações educativas às necessidades jurídicas e sociais. Baseia-se em diretrizes da Enfam (Resolução n. 2/2016) e é alinhado ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário de Rondônia, visando ao desenvolvimento de competências profissionais tanto em magistrados quanto em servidores.

Os princípios curriculares defendidos incluem:

- **Articulação teoria-prática:** Busca unir conhecimento acadêmico e aplicação prática para atender às demandas da prática jurisdicional.
- **Interdisciplinaridade:** Integra saberes de diferentes áreas, promovendo soluções interligadas e contextualizadas.

- Práxis transformadora: Apoiada por Vázquez (1997), compreende a prática como a união de teoria (reflexão consciente) e ação (intervenção transformadora), orientada para a transformação da realidade.

O currículo é planejado considerando três dimensões:

- Currículo Prescrito: Formalmente definido por documentos, guias e normas institucionais.
- Currículo Real: Vivido nas interações e nas experiências práticas entre formadores e alunos.
- Currículo Oculto: Componentes implícitos, como valores, hábitos e práticas culturais que influenciam o processo de ensino-aprendizagem (SANTOMÉ, 1995).

Essa abordagem curricular valoriza o contexto social e cultural, promovendo absorção e transformação de saberes. Por fim, o currículo representa mais que um conjunto de disciplinas: assume-se como um instrumento pedagógico que visa à transformação social e ao desenvolvimento de competências críticas, éticas e técnicas.

Assim, a Emeron, adotando as diretrizes pedagógicas da Enfam, estrutura sua proposta educacional com foco na formação de competências profissionais por meio da articulação teoria-prática, da interdisciplinaridade e do diálogo entre ensino e prática jurisdicional. A formação é concebida como um processo social, crítico e transformador, que prepara magistrados e servidores para atuar de forma ética e reflexiva em suas atividades.

A concepção sociointeracionista de aprendizagem de Vygotsky é adotada para orientar os processos formativos, destacando o papel das interações sociais e culturais no desenvolvimento humano. O professor é mediador, e o aprendiz, protagonista, ambos atuando em contextos que favorecem a autonomia e a emancipação.

O currículo da Emeron, alinhado às necessidades do Judiciário e às diretrizes da Enfam, rompe com estruturas fragmentadas ao integrar conhecimentos, práticas e valores voltados para problemas reais do ambiente jurídico. Sua organização busca transformar a prática educativa em uma ferramenta para a evolução técnica, crítica e ética do sistema judiciário.

Para aprofundar conhecimentos:

Taxonomia de Bloom e os Objetivos Educacionais Aplicados às Tarefas e Avaliações (a partir de 16 minutos e 47 segundos)

<https://youtu.be/YIM2ygaUzhE?si=e-rbvcdGIAjxrDaw>

3 CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO

3.1 O Papel da Avaliação na Educação: Um Caminho para o Aprendizado Significativo

A avaliação, frequentemente vista como um mero instrumento de controle e mensuração do desempenho dos alunos, possui um papel fundamental e multifacetado no processo educativo. Mais do que um mecanismo para atribuir notas, a avaliação é uma ferramenta poderosa para promover a aprendizagem significativa e o desenvolvimento integral dos estudantes.

É importante refletir que a avaliação deve ser entendida como um processo contínuo e formativo, que vai além das provas e testes. Ela deve abranger diversas dimensões do aprendizado, incluindo conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. Nesse sentido, a avaliação deve ser uma oportunidade para que o aluno reflita sobre seu próprio processo de aprendizagem, identificando seus pontos fortes e áreas que precisam de melhorias.

Além disso, a avaliação tem um papel essencial na construção de um ambiente de aprendizagem seguro e acolhedor. Quando os alunos percebem que as avaliações são realizadas com o intuito de ajudá-los a crescer e se desenvolver, eles se sentem mais motivados a participar ativamente das atividades propostas. Essa mudança de paradigma – da avaliação punitiva para uma abordagem mais construtiva – pode transformar a dinâmica da sala de aula e fomentar uma cultura de aprendizado colaborativo.

Outra função crucial da avaliação é a retroalimentação. O feedback proporcionado após as avaliações é fundamental para que os alunos compreendam onde estão em sua jornada de aprendizado e como podem progredir. Uma devolutiva clara e específica permite que os estudantes ajustem suas estratégias de estudo e melhorem seu desempenho ao longo do tempo. Em suma, o papel da avaliação na educação é muito mais amplo do que simplesmente atribuir notas. Ela deve ser encarada como uma aliada no processo de ensino-aprendizagem, uma oportunidade

de reflexões e um motor para o desenvolvimento pessoal e social dos alunos. Ao reconfigurarmos a avaliação como um componente essencial da educação, estaremos contribuindo para a formação de indivíduos mais críticos, reflexivos e preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

3.2 A Avaliação de Aprendizagem e o Processo de Ensino

A avaliação da aprendizagem não se limita apenas a medir o desempenho do aluno, mas também funciona como um reflexo do processo de ensino – um termo que integra tanto o ensino quanto a aprendizagem, destacando a interdependência entre a ação do professor e o envolvimento do estudante. Assim, avaliar a aprendizagem é, simultaneamente, avaliar a eficácia da metodologia docente e a participação ativa dos discentes no processo educacional.

Avaliação é um reflexo da ensino, no sentido de que a qualidade da aprendizagem depende tanto do que é ensinado quanto de como é aprendido. A avaliação, nesse sentido, tem um duplo propósito:

- Verificar a aquisição de conhecimentos e habilidades pelos alunos.
- Analisar a adequação das estratégias de ensino utilizadas pelo professor, permitindo identificar o que funcionou bem e onde estão as lacunas.

Se os resultados da avaliação mostram baixo rendimento, isso pode indicar que os métodos de ensino não foram totalmente eficazes ou que os alunos não se engajaram plenamente no processo. Nesse caso, tanto o docente quanto os discentes precisam revisar suas práticas.

A avaliação de aprendizagem é uma janela para entender a eficácia do processo de ensino. Ao revelar tanto os avanços quanto as dificuldades dos alunos, ela permite que o professor reflita sobre suas práticas e faça os ajustes necessários para melhorar a dinâmica em sala de aula. Assim, a avaliação cumpre seu papel mais amplo: ser um instrumento de evolução contínua, não apenas para os alunos, mas para todo o processo educacional.

4 DIRETRIZES AVALIATIVAS

4.1 Avaliação da Aprendizagem

As práticas avaliativas deverão ser articuladas de forma integrada entre as funções diagnóstica, formativa e somativa, promovendo um processo contínuo que

possibilite a identificação de conhecimentos e experiências, a reorientação da ação educacional em andamento, a promoção de aprendizagens significativas e a verificação do alcance dos objetivos propostos. Dessa forma, busca-se alinhar o planejamento às práticas pedagógicas, visando ao desenvolvimento pleno das competências profissionais.

A proposta avaliativa do curso enfatiza uma formação integral, com foco nos aspectos qualitativos do processo de ensino-aprendizagem, indo além da mera mensuração de resultados. Nesse sentido, a avaliação da aprendizagem tem como objetivos principais: aferir a assimilação dos conteúdos, favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades, promover a formação completa dos estudantes e contribuir para o aprimoramento contínuo das abordagens pedagógicas.

4.2 Modalidades da Avaliação:

Avaliação Diagnóstica: Tem como objetivo identificar as lacunas, os conhecimentos prévios e os pontos fortes dos alunos, servindo como base para a elaboração de um planejamento pedagógico mais adequado às suas necessidades. Essa avaliação pode ser realizada no início do período letivo ou ao longo do processo formativo, auxiliando na definição de estratégias de ensino mais eficazes e personalizadas para potencializar o aprendizado. Nessa avaliação, não ocorre a atribuição de notas.

Avaliação Formativa: Tem como objetivo tanto ensinar quanto monitorar a eficiência das estratégias de ensino aplicadas. Essa abordagem pode ser utilizada ao longo de todo o processo de aprendizagem, promovendo um feedback constante e direcionado aos alunos. Esse retorno contribui significativamente para ajustar o processo de ensino-aprendizagem, favorecendo a construção de aprendizagens significativas e o alcance dos objetivos educacionais estabelecidos. A avaliação formativa também oferece flexibilidade, podendo ou não envolver a atribuição de notas, dependendo do contexto e das metas propostas.

Avaliação Somativa: Tem como objetivo avaliar a eficácia do ensino e o desempenho do aluno ao final de um ciclo de aprendizagem, verificando se os objetivos educacionais foram alcançados. Geralmente realizada ao término de uma etapa significativa, essa avaliação possibilita a atribuição de notas ou conceitos, servindo

como instrumento para medir resultados e analisar o progresso alcançado durante o processo educativo.

4.3 Organização das Avaliações

- As avaliações somativas e formativas devem ser realizadas em sala de aula.
- As avaliações somativas das disciplinas deverão ser planejadas, por meio de calendário unificado, elaborado pelos docentes e coordenação pedagógica e homologado pela coordenação do curso, no início de cada período letivo.
- Não poderá ser aplicada mais do que uma avaliação por dia letivo.
- Situações excepcionais de realocação de avaliações serão avaliadas caso a caso pela coordenação, com participação dos docentes envolvidos.

4.4 Instrumentos Avaliativos

As avaliações poderão ser realizadas por meio de diferentes instrumentos, escolhidos a critério do docente e adequados às especificidades de cada disciplina, tais como:

- Provas escritas, objetivas ou dissertativas;
- Trabalhos expositivos ou escritos;
- Projetos;
- Estudos de caso;
- Resolução de Problemas;
- Estudos Dirigidos com Defesa Oral;
- Elaboração de Sentenças;
- Revisão Crítica de Decisões;
- Debates Técnicos ou Jurisprudenciais;
- Simulações (julgamentos simulados, audiências, mediações e conciliações);
- Grupos de Discussão;
- Grupos de Verbalização e Grupo de Observação (GVGO);
- Philips 66;
- Paper;
- Resumos;
- Análise crítica;
- Mapas conceituais;

- Registros reflexivos;
- Portfólios; e
- Demais atividades pedagógicas definidas pelo docente, desde que compatíveis com os objetivos do curso.

É vedada a exigência de artigo ou seminário como instrumento de avaliação de disciplina, sendo tais atividades facultativas ou complementares.

Serão garantidas adaptações nos instrumentos, procedimentos e condições de avaliação para estudantes com necessidades especiais, de forma a assegurar igualdade de oportunidades e respeito à legislação vigente.

4.5 Atribuição de Notas e Pesos:

Será atribuída uma única nota final ao término de cada disciplina, correspondente ao desempenho global do estudante naquela unidade curricular.

A composição da nota final poderá ser distribuída entre as avaliações formativas (5 pontos) e avaliações somativa (5 pontos), quando o docente utilizar as duas formas de avaliação.

- a) a nota será atribuída na pontuação de 0 (zero) a 10,0 (dez), sendo desconsiderada a 2ª (segunda) casa decimal; e
- b) a nota mínima para aprovação será de 7,0 (sete) em cada um dos componentes curriculares.

4.6 Comunicação das Avaliações:

As avaliações devem ser previstas e comunicadas aos alunos no acordo pedagógico de cada disciplina no início do ano letivo.

Todas as atividades avaliativas desenvolvidas durante o curso devem suscitar *feedback*/devolutiva ao (à) aluno (a) de forma escrita ou oral, informando sobre os avanços e as dificuldades evidenciadas de maneira ética, encorajadora prezando pela transparência das notas. Os docentes que optarem pela realização de avaliação formativa e somativa deverão informar os alunos sobre suas notas ou conceitos parciais e finais, de preferência lançadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

O registro e a divulgação dos resultados das avaliações ocorrerão em sistema próprio, de forma clara, objetiva e acessível aos estudantes, em prazo não superior a quinze dias corridos após a aplicação do respectivo instrumento, resguardado o direito

de vistas e interposição de pedido de revisão, no prazo estabelecido em regulamento específico.

5 METODOLOGIA DOS INSTRUMENTOS AVALIATIVOS

5.1 Provas escritas, objetivas ou dissertativas:

A prova é um dos instrumentos de avaliação mais tradicionais e utilizados na educação. No entanto, para que a prova contribua de forma efetiva para o processo de aprendizagem, é importante que não seja o único instrumento avaliativo utilizado. Além disso, é importante que, ao se utilizar desse instrumento de avaliação, sejam levados em conta os objetivos a serem alcançados com relação à aprendizagem, garantindo clareza na correção e na compreensão do que se espera do aluno.

Observa-se que é de extrema importância o professor dar uma devolutiva (feedback) rápida e eficaz aos discentes, reservando um momento para isso, que pode ser de forma coletiva ou individual, com a intenção de fazer as intervenções necessárias, atingindo um dos principais objetivos da avaliação formativa: a inclusão de todos no processo da aprendizagem.

Embora seja comum atribuir notas na avaliação formativa, é importante se ter em vista que a nota configura um indicativo a mais quanto à aprendizagem do aluno, porém não único. O foco deve estar no desenvolvimento do estudante e na compreensão do conteúdo.

Para tornar a prova mais significativa para os discentes e garantir uma avaliação mais eficiente, recomenda-se considerar as seguintes ações:

- Apresentar um enunciado claro e contextualizado a partir do que se busca avaliar;
- Parametrizar os critérios de correção;
- Oportunizar uma análise de leitura e escrita do discente; e
- Oferecer questões que explorem desde operações mentais mais simples ao mais complexo, dentro do que se busca avaliar.

A prova poderá ser objetiva ou dissertativa e importante observar algumas peculiaridades de cada uma delas para que se atinja o fim esperado pelo docente quanto à aprendizagem.

5.1.1 Prova objetiva

É um instrumento prático e eficiente, especialmente quando elaborada de forma cuidadosa e criteriosa. Tem por objetivo principal verificar se o aluno compreende os conceitos e consegue aplicar os conhecimentos adquiridos, evitando que a avaliação se limite a simples memorização ou reprodução de informações.

É fundamental que as questões sejam elaboradas de maneira clara e isenta de tendenciosidade. Isso significa evitar enunciados vagos, falta de informações necessárias para a resolução, ou questões que dependam de outras de forma a fornecer "dicas" ou pistas que possam facilitar a resposta de forma não intencional.

Metodologia:

1 Estabelecimento dos níveis de dificuldade: A prova objetiva deve abranger diferentes graus de complexidade, fornecendo ao professor recursos adequados para realizar avaliações, oferecer devolutiva aos estudantes e refletir sobre suas próprias aulas:

- Questões de nível fácil: buscam avaliar o entendimento básico de conceitos e conteúdo.
- Questões de nível médio: avaliam conceitos e conteúdos básicos aplicados a situações que exigem um maior grau de conhecimento e análise (interpretação de texto ou análise de dados e situações, por exemplo).
- Questões de nível difícil: avaliam um raciocínio mais analítico, a capacidade de apresentar soluções para problemas com mais complexidade através do conhecimento, da reflexão e organização mental, além da capacidade de aplicar conhecimento em situações novas ou de diferentes pontos de vista.

2 Apresentação das questões:

- Múltipla escolha: deve conter apenas uma resposta certa. Permite avaliar o entendimento de conceitos, bem como observar a aplicação do conhecimento.
- Verdadeiro ou Falso: permite observar se o aluno consegue identificar enunciados corretos ou incorretos.
- Associação: permite observar a correlação de conceitos ou informações diferentes entre si.
- Completar frases: permite avaliar o conhecimento do aluno sobre determinado tema, ao completar as lacunas da atividade proposta.

As questões devem refletir o conteúdo trabalhado e elaboradas levando-se em consideração as habilidades e competências relacionadas à disciplina.

A distribuição das questões deve buscar um equilíbrio entre o número de questões de diferentes níveis de dificuldade, para que o professor possa avaliar o conhecimento dos alunos de forma mais integral, iniciando por questões de menor complexidade, gerando no aluno maior confiança na resolução da prova.

A devolutiva é importante e necessária, levantando os pontos fortes e os pontos a serem aprimorados e pode ser de forma individual ou em grupo.

5.1.2 Prova dissertativa

É um instrumento que permite ao aluno organizar e expressar seu conhecimento acerca do que foi proposto pelo professor. Em essência, ela possibilita a avaliação de processos mentais mais elaborados, pois exige interpretação, reflexão, organização do saber e síntese na hora de escrever.

Na prova dissertativa, o professor tem a oportunidade de avaliar o estudante quanto a sua análise crítica e emissão de juízo de valor, além do desenvolvimento claro e original de sua escrita.

Uma observação importante quanto aos critérios de avaliação da prova dissertativa é quanto ao objetivo que o professor deseja alcançar. É fundamental que a questão seja apresentada de forma clara, indicando ao estudante o que se espera na resposta. Isso impactará positivamente na forma de apresentação da questão ao estudante, ou seja, a questão terá uma apresentação clara quanto o que se espera do aluno com aquele questionamento, inclusive evidenciando as habilidades mentais que devem ser demonstradas, como comparar, relacionar, descrever, justificar, argumentar ou emitir juízo de valor.

Ao estabelecer esses parâmetros, a correção se torna mais justa e objetiva, além de orientar melhor o estudante sobre o que é esperado dele na hora de elaborar a resposta.

Metodologia:

1 Definição clara a respeito dos objetivos de aprendizagem: detalhar o que esperar dos alunos após estudo de determinado tema, pois norteará as questões dissertativas de sua prova.

2 Estrutura das questões dissertativas:

- Nível fácil: avalia a compreensão básica do conteúdo (conceito, definições e características)
- Nível médio: avalia a aplicação do conhecimento em situações específicas, bem como análise de dados e a interpretação de informações dadas.
- Nível difícil: avalia o pensamento crítico, a resolução de problemas com mais complexidade e uma resposta com argumentação consistente e organizada.
- Nível desafiador: avalia a forma criativa das respostas e a proposição de soluções diferentes e originais para as questões apresentadas.

3 Planejamento e tempo de prova: sugere-se que a prova inicie com questões mais fáceis avançando para mais complexas, levando-se em consideração o tempo da prova com o nível e o número de questões apresentadas.

4 Objetividade nos enunciados: importante usar uma linguagem objetiva e clara nos enunciados, de preferência contextualizando as questões

5 Definição dos critérios de correção: o professor deve ter critérios claros de correção, explicitando o que espera de cada questão e indicando os pontos-chave que precisam ser abordados na resposta. (Por exemplo: O que se entende por bens móveis? Cite exemplos de bens móveis e cite, no mínimo, três características importantes.

6 Devolutiva: após a correção, o professor deve dar uma devolutiva detalhada e construtiva aos alunos de forma individualizada e/ou para a turma, apontando pontos fortes e pontos para aprimoramento.

A avaliação no formato de prova pode ser realizada utilizando instrumentos tradicionais, como a prova impressa, ou meios interativos e tecnológicos, como o Google Formulários, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ou ferramentas gamificadas, como o Kahoot. É essencial que, ao escolher o formato, sejam observadas diretrizes fundamentais, como a disponibilização de tempo adequado para os alunos analisarem e responderem às questões, garantindo assim uma experiência justa e eficiente no processo avaliativo.

Google Forms

Tutorial: Criando provas com o Google Forms

<https://youtu.be/7sa1mLNKAGk?si=2vCzIEQ5z12Jzp6j>

Tutorial: Como Criar Prova no Google Forms [Passo a Passo]

<https://youtu.be/TWMeexTLAEg?si=ThbmuBiUpOx3wCyM>

AVA - Moodle

Tutorial Como Criar Questionário no Moodle com IA e Banco de Questões | Tutorial Completo Passo a Passo

https://youtu.be/hhVr_XQkokY?si=2Y9vOSaC0l2T_Ybl

Tutorial Utilizando Guia de Avaliação no Moodle 4.0

https://youtu.be/3_Wf7yO6LLY?si=ljvEPCDHk94tu3up

Tutorial Veja como usar 5 estrelas para os alunos avaliarem

https://youtu.be/pXZ_Huiz0R0?si=zNABVYlq9xRF6NwU

Inteligência Artificial

Tutorial: Duas Formas de Criar Avaliações Testes e Provas com Inteligência Artificial

https://youtu.be/mtJk_X1k3yg?si=IF8l_59yRm9mu6ub

Tutorial: Como elaborar uma avaliação? O ChatGPT faz pra vc

<https://youtu.be/32FNWrRINRc?si=0tjCzhyCKAyKkn9E>

Inteligência Artificial “Roberto” específica para elaboração de provas:

<https://chatgpt.com/g/g-axMEBzgob-roberto>

5.2 Trabalhos expositivos ou escritos - teóricos ou práticos:

5.2.1 Trabalho expositivo

É uma produção com a intenção principal de sintetizar e/ou analisar determinado assunto. Geralmente tem uma linguagem mais acessível, neutra e impessoal, podendo ser apresentada tanto por escrito ou oralmente. Para enriquecer a apresentação, podem ser utilizados recursos visuais que ajudam a informar, esclarecer e aprofundar determinado conhecimento.

O trabalho expositivo traz informações importantes, detalhando e buscando esclarecer dúvidas de forma imparcial, objetiva e organizada. O foco é facilitar a compreensão a respeito do tema ou conclusões definitivas promovendo uma abordagem mais neutra e informativa.

Para avaliar o trabalho expositivo, deve-se considerar o conteúdo do trabalho, levando-se em consideração a importância do tema e o domínio do conhecimento pelo aluno. Além disso, é importante avaliar a estrutura, os resultados apresentados e as referências utilizadas. Na apresentação oral, aspectos como clareza, fluência e uso de recursos visuais também são essenciais. É possível também que o professor use outros instrumentos de avaliação, como, por exemplo, autoavaliação, além da avaliação tradicional, para obter uma visão mais completa do desempenho do aluno.

Metodologia:

- Após escolher o trabalho expositivo como forma de avaliação, o professor deve definir e comunicar aos alunos, de forma clara, quais os critérios de avaliação e pontuação máxima atribuída ao trabalho.
- É fundamental orientar o aluno durante todo o processo, esclarecendo dúvidas e fornecendo orientações necessárias para a construção do trabalho.
- Estimular o aluno a fazer uma reflexão sobre seu próprio desempenho e seu desenvolvimento ao longo do processo.
- Após a avaliação e atribuição de nota, sempre que possível, oferecer ao aluno uma devolutiva clara e construtiva e que auxilie o aluno a aprimorar suas habilidades.

5.2.2 Trabalho escrito

Avaliar por meio de trabalhos escritos no Direito tem como objetivo possibilitar ao aluno demonstrar compreensão teórica, capacidade de argumentação e aplicação prática de conceitos jurídicos, ao mesmo tempo em que estimula o raciocínio crítico e o desenvolvimento de habilidades práticas. Quando ajustados para atender a reflexões teóricas ou situações concretas, esses trabalhos promovem a construção de uma argumentação lógica e competências essenciais à prática jurídica. Uma metodologia clara, com etapas bem estruturadas e critérios definidos, assegura

resultados significativos e enriquecedores para a formação acadêmica e profissional do futuro jurista.

Metodologia:

1. Definição do Objetivo do Trabalho

Antes de propor o trabalho, defina seu propósito:

- Avaliar a compreensão teórica de normas, doutrinas ou jurisprudência.
- Desenvolver a capacidade argumentativa através da aplicação prática de princípios jurídicos.
- Simular casos reais para exercitar a prática da advocacia, magistratura, entre outras carreiras jurídicas.

Exemplos:

Teórico: "Disserte sobre os princípios constitucionais do Direito Penal e sua importância para o garantismo jurídico."

Prático: "Elabore uma peça inicial baseada em um caso hipotético de direito do consumidor, abordando vício do produto."

2. Escolha e Formato do Trabalho

Ofereça opções que explorem as competências acadêmicas e profissionais do estudante. Sugestões de trabalhos escritos podem envolver:

Trabalhos Teóricos

- Ensaios jurídicos (exploratórios ou opinativos):

Análise de doutrinas: "Explique a evolução da teoria do abuso de direito na jurisprudência brasileira."

Reflexão crítica: "Debata os impactos da reforma tributária sobre os pequenos empresários no Brasil."

- Relatórios comparativos:

Ex.: "Compare os elementos do contrato de trabalho no Brasil e em Portugal, destacando similitudes e diferenças."

Trabalhos Práticos

- Elaboração de peças processuais:

Petição inicial: "Elabore uma petição inicial de cumprimento de obrigação de fazer com base na relação contratual apresentada no caso hipotético."

Contestação: "Produza uma contestação fundamentada em um processo trabalhista com base nos elementos de fato e de direito apresentados."

- Parecer jurídico:

Ex.: "Redija um parecer consultivo sobre a regularidade de uma licitação na Administração Pública, à luz da Lei 14.133/2021."

Estudos de caso:

Ex.: "Analisar o caso fictício de violação de Direitos Fundamentais e apresente soluções jurídicas aplicáveis."

3. Metodologia para Orientar o Processo

Etapa 1: Escolha ou Definição do Tema

Proponha temas jurídicos relevantes e atuais que estimulem o pensamento crítico do aluno. Algumas sugestões:

- Debata a constitucionalidade de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).
- Elabore análises sobre questões controvertidas: "A redução da maioria penal: aspectos jurídicos e sociais."
- Resolva casos fictícios baseados em simulações de situações da prática jurídica.

Etapa 2: Pesquisa e Fundamentação

Oriente os alunos a:

- Utilizar códigos, leis e jurisprudências como principais fontes.
- Pesquisar em bases de dados jurídicas confiáveis, como o site do STF, STJ, Diários Oficiais e bibliotecas digitais especializadas (ex.: JusBrasil, Migalhas).
- Consultar especialistas ou doutrinas clássicas para embasar seus argumentos.

Etapa 3: Estrutura e Organização do Trabalho

A estrutura depende do tipo de trabalho, mas geralmente envolve:

- a) Para Trabalhos Teóricos:

Introdução:

Contextualize o problema jurídico; e

Explique objetivos e a relevância do tema.

Desenvolvimento:

Exponha os conceitos doutrinários ou jurídicos;

Apresente jurisprudências ou estudos de caso aplicáveis; e
Forneça argumentos alinhados com o tema.

Conclusão:

Resuma os principais pontos; e
Proponha soluções para o problema analisado.

Referências:

Liste obras, artigos e jurisprudências consultadas, seguindo normas como a ABNT.

b) Para Trabalhos Práticos:

Peça que sigam a estrutura técnica exigida:

- Peça Inicial: Endereçamento, fatos, fundamentos jurídicos (causa de pedir), pedidos e anexos.
- Parecer: Identificação do consultado, contexto legal, fundamentação e solução jurídica.
- Estudo de Caso: Resolução do problema, análise crítica e sugestões aplicáveis.

Etapa 4: Avaliação Formativa Durante o Processo

Realize checkpoints para avaliar a evolução do trabalho:

- Reuniões para revisar rascunhos e sanar dúvidas jurídicas; e
- Feedbacks intermediários para óbices gramaticais ou jurídicos.

Ajude os alunos a aplicar:

- Técnicas argumentativas: como usar precedentes em favor da causa; e
- Princípios jurídicos aplicáveis: ex., razoabilidade, proporcionalidade, boa-fé objetiva.

Etapa 5: Apresentação e Revisão Final

Após a entrega, estimule a revisão pela ótica crítica do autor:

- O texto apresenta argumentação lógica e embasada?
- As normas jurídicas estão corretamente aplicadas?
- Há menção aos princípios doutrinários discutidos em aula?

Caso possível, realize a socialização dos trabalhos por meio de sessões:

- Exposição oral.
- Discussões entre colegas sobre pontos de aprimoramento.

4. Definição de Critérios de Avaliação

Estabeleça critérios claros que os alunos possam acompanhar e compreender como serão avaliados:

Critério	Descrição
Compreensão Teórica	Clareza e precisão na explicação de conceitos jurídicos.
Fundamentação Legal	Uso correto e integrado de leis, doutrinas e jurisprudências.
Capacidade Argumentativa	Estrutura lógica nos argumentos, dialogando com diferentes visões.
Originalidade e Criatividade	Proposta de soluções inovadoras ou análises próprias do problema jurídico.
Estrutura Formal	Obediência ao formato exigido, como linguagem jurídica adequada e normatização.
Coerência e Coesão	Articulação das ideias, evitando contradições ou lacunas lógicas.
Praticidade (para trabalhos práticos)	Aplicação eficaz de conceitos jurídicos à realidade simulada ou hipotética.

Fonte: gerado por [ChatGPT] em 29/08/2025.

5.3 Relatório de Visita Técnica

As visitas técnicas a Tribunais de Justiça, Varas Judiciais ou Presídios poderão ser avaliadas com a produção de um relatório sobre o que foi observado, objetivando compreender a aplicação prática do Direito e desenvolver pensamento crítico sobre os procedimentos e contextos observados.

Metodologia:

Organize a visita a um órgão ou instituição pública do sistema judicial.

Solicite que os alunos produzam um relatório que aborde:

- As funções do órgão visitado;
- Descrição das atividades observadas; e
- Reflexões sobre os desafios e boas práticas do local.

Crterios de Avaliao:

- Descrição clara e detalhada da visita;
- Reflexão crítica sobre as observações feitas;
- Relao entre a prtica observada e os conceitos teóricos aprendidos; e
- Qualidade da escrita e estrutura textual.

5.4 Projetos

A Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) é uma metodologia que promove um aprendizado mais dinâmico e significativo, pois envolve o aluno em experiências práticas e aplicáveis, através da investigação e resolução de problemas reais, uma vez que ele se envolve diretamente na criação do projeto que exige a aplicação do conhecimento para resolver desafios ou responder a questões complexas.

A cada etapa da Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), os alunos são estimulados a trazer soluções para os problemas apresentados e que se dá através de tarefas desafiadoras enfrentadas na vida real, aplicando conhecimentos adquiridos de forma interdisciplinar. Cabe ao professor orientar e oferecer suporte, mas os alunos vão trabalhar sua autonomia.

Para implementar a Aprendizagem Baseada em Projeto é importante que o professor estimule um ambiente de colaboração, de investigação e de busca de solução. Importante definir um tema ou um problema central a ser investigado – sempre relacionado à realidade dos alunos, bem como os objetivos de aprendizagem a serem alcançados. Próximo passo, os alunos planejarão as etapas do projeto, organizando os grupos de trabalho sempre com a intenção de apresentar as melhores soluções para aquele tema ou problema apresentado.

Todo processo da Aprendizagem Baseada em Projetos é assistido pelo docente, desde a discussão do tema ou problema, o estímulo do engajamento e cooperação, o auxílio em formular perguntas e hipóteses, a orientação de técnicas de pesquisa, a sugestões quanto à apresentação final dos projetos, o desenvolvimento da autocrítica saudável e da melhoria contínua através da reflexão sobre a aprendizagem, e, dentro desse contexto, observar como avaliador formativo, por competências, de aplicação do conhecimento, dentre outros. A avaliação deve ocorrer durante todo o processo.

Metodologia:

Escolher um problema relevante - pode ser algo real - que possa ser trabalhado com abordagens e soluções diferentes, dentro do conteúdo da disciplina

Definir de forma clara, junto aos alunos, quais os objetivos de aprendizagem que se busca alcançar com essa metodologia ativa.

Definir etapa a etapa do projeto com um cronograma, além de recursos e materiais de apoio que são importantes para sua realização. (Usar materiais e recursos como livros, artigos, vídeos, recursos online, ferramentas digitais, espaços físicos ou virtuais para reuniões ou apresentações, conforme o caso).

Dividir a turma em grupos, incentivá-los a escolher um líder, e propor um plano de ação detalhado indicando as atividades a serem desenvolvidas em cada etapa.

Incentivar a colaboração entre os participantes de cada grupo, estimular a pesquisa sobre o problema apresentado, bem como a reflexão a respeito das melhores estratégias para solucionar o problema.

Apoiar a apresentação do Projeto, que pode ocorrer de várias formas (já definidas no planejamento), tais como relatórios, vídeos, apresentações orais, dentre outras. Os grupos devem ser incentivados a apresentar de forma clara e organizada todo o desenvolvimento do projeto até sua finalização.

Após a apresentação dos grupos (ou de cada grupo), o professor deve dar a devolutiva (aos grupos e, se for o caso, individualmente), estimulando a reflexão sobre todo o processo percorrido e sobre a aprendizagem como um todo.

5.5 Estudos de caso

A aplicação do estudo de caso como ferramenta de avaliação se apresenta como uma excelente metodologia ativa de formação, uma vez que, através de um dilema a ser analisado, incentiva o raciocínio crítico, a habilidade de argumentação, a tomada de decisão e a aplicação do conhecimento teórico à prática jurídica, pois os alunos ao analisarem casos propostos, discutem suas implicações e buscam apresentar soluções fundamentadas.

A metodologia de ensino Estudo de Caso é baseada no método de Aprendizado Baseado em Problemas, que também é conhecido como *Problem Based Learning*. Alguns critérios são importantes e devem ser levados em consideração na avaliação do estudo de caso, tais como a aplicação de conhecimentos adquiridos na disciplina; a associação entre teoria e prática, a análise crítica, além da participação e discussão e a qualidade da apresentação, se for o caso.

Para que se tenha o êxito esperado com esta metodologia ativa – o estudo de caso – é importante que o docente selecione o assunto central e relevante a ser tratado, defina os objetivos do estudo com clareza, apresente casos que tenham

relevância e se encontrem inseridos no conteúdo trabalhado, ofereça material de apoio, oriente as discussões em grupo, estimule os alunos a apresentarem suas conclusões com as argumentações por eles definidas e ter o cuidado de dar o retorno necessário, sempre propondo uma reflexão positiva.

Metodologia:

O estudo de caso pode ser feito individualmente ou em grupos previamente definidos.

O professor deve apresentar um caso, uma situação complexa, que trate de um conteúdo típico da matéria, e que permita os alunos analisarem, investigarem e propor soluções. Pode ser apresentado por texto, filme, dramatização e outras formas que tragam elementos para que os alunos possam analisar.

Explicar de forma clara quais objetivos pretendem alcançar com essa atividade - estudo de caso e a forma como fará sua avaliação (por exemplo: o aluno será avaliado por cada etapa construída e/ou em grupo pela forma que o grupo irá conduzir o estudo).

Os estudos de caso são mais focados em casos concretos, porém, o professor deve conectá-lo com o conhecimento, a teoria ministrada sobre o tema, portanto, deve embasar o estudo fornecendo elementos teóricos e legais sobre o tema escolhido. É importante que o professor reúna dados importantes sobre o caso a ser estudado, informações relevantes que possam orientar os alunos durante o processo pedagógico.

O caso deve ser apresentado de forma clara e objetiva, com a história, os personagens envolvidos e o problema a ser estudado. Nesse momento, o professor deve instruir os alunos a anotarem o que considerarem importante, além de responder as dúvidas e orientá-los, de forma a prepará-los para discussão posterior.

O caso deve ser analisado levando-se em consideração o embasamento teórico e legal, com os dados apresentados em etapas anteriores, permitindo aos alunos a análise crítica e suas reflexões. É importante informar aos alunos que deve ser estruturado o passo-a-passo para chegar a uma possível resolução, bem como é extremamente útil acrescentar soluções alternativas e apontar possíveis equívocos na solução já existente, quando se tratar de caso concreto.

A apresentação da estrutura do estudo de caso deve ser organizada de forma clara e lógica, e deve conter introdução, desenvolvimento, análise das diversas

soluções, se for o caso, apontadas. O professor deve promover a interação entre os grupos, incentivando a troca de ideias, a apresentação de diferentes perspectivas, bem como chamar os alunos a refletirem sobre o que foi discutido e de que forma esses ensinamentos podem ser aplicados na vida profissional.

O professor deve incentivar os alunos a refletirem sobre o que foi aprendido com o caso e como eles podem aplicar esses ensinamentos na vida profissional. O professor deve promover a interação entre os grupos que estão apresentando e os grupos que estão assistindo, incentivando a troca de ideias e apresentação de diferentes perspectivas.

Para aprofundar conhecimentos:

Metodologia ativa Estudo de Caso

<https://youtu.be/l8YaCw8DoH0?si=TknGz8n5QYEnE81k>

Metodologias ativas Estudos de caso

<https://youtu.be/5ZM3Lni-LGE?si=p7O34LtlkQUvwRlz>

5.6 Resolução de Problemas

A resolução de problemas instiga o aluno a desenvolver estratégias e abordagens buscando identificar, analisar e solucionar problemas de forma eficaz, sendo essenciais para a tomada de decisões e para o desenvolvimento de soluções criativas e assertivas.

O destaque principal na resolução de problemas como metodologia de aprendizagem, é a proximidade com a leitura, exame do processo investigativo e a interpretação do que foi proposto como um problema. O aluno precisa ter uma compreensão do problema para em seguida traçar estratégias de resolução iniciando um plano de ação que permita avançar para execução e, por fim, a verificação do problema em questão.

As cinco ações para a resolução de problemas: identificar, analisar, encontrar solução, implementar solução e monitorar, analisar e avaliar a solução.

Essa metodologia ativa pode ser desenvolvida de forma individual ou em grupos e o professor deve se colocar como orientador de todo o processo, com o objetivo de fortalecer o pensamento crítico dos alunos, a habilidade de analisar, assim como a criatividade, a comunicação, a colaboração, dentre outros.

Há algumas técnicas específicas para resolução de problemas, tais como:

- Análise SWOT Jurídica: Avaliar as forças (Strengths), fraquezas (Weaknesses), oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats) relacionadas ao caso, considerando aspectos legais e contextuais.
- Técnica de Perguntas (Questioning Technique): Fazer perguntas específicas e estruturadas para explorar diferentes ângulos do problema, como "Qual é a legislação aplicável?", "Quais são os precedentes relevantes?" ou "Quais são as possíveis soluções?".
- Análise de Alternativas (Brainstorming e Avaliação): Gerar várias soluções possíveis e avaliar suas viabilidades, riscos e benefícios, promovendo uma tomada de decisão fundamentada.

Metodologia:

Após definir os grupos, o professor apresenta determinado problema ligado ao conteúdo de sua disciplina. Pode ser real ou hipotético. Importante que gere curiosidade e seja desafiador.

O professor deve estimular os alunos a entenderem o problema em sua integralidade, fazendo perguntas que contribuam para a identificação de informações que sejam importantes, e que busquem a melhor forma de resolução. Quanto mais informações o aluno tiver a respeito do problema mais terá condições de se aproximar de soluções.

Nesse momento, o professor deve estimular os grupos a levantarem as situações que envolvem o problema a ser resolvido. São eles:

Quais os pontos fortes relacionados ao problema apresentado?

Quais são as fraquezas relacionadas ao problema apresentado?

Quais as oportunidades que esse problema apresentado pode trazer?

Quais as ameaças esse problema apresenta?

O professor deve incentivar os alunos a implementarem estratégias para resolver o problema, buscando abordagens possíveis para essa finalidade, através de discussões, debates, questionamentos.

Nesse momento, os alunos irão aplicar a estratégia escolhida para a resolução do problema, sempre com a orientação e suporte do professor.

Após a aplicação da solução, é importante manter o monitoramento e a análise para verificar se a estratégia aplicada foi efetiva e os objetivos alcançados na solução do problema.

O professor, além de acompanhar e orientar todo o processo da resolução do problema, pode permitir a apresentação dos grupos sobre como chegaram a determinada solução, pode ainda incentivar a troca de ideias entre os alunos, com o objetivo de enriquecer a aprendizagem. Nesse momento, o feedback é importante e pode ocorrer para toda a sala de aula, ou para os grupos ou individualmente, conforme sua análise.

5.7 Estudos Dirigidos com Defesa Oral

Essa metodologia é um exercício acadêmico na qual o aluno pesquisa ou estuda a respeito de determinado assunto, que poderá ser sob a supervisão de um professor, e, posteriormente, faz uma apresentação oral. O estudo dirigido com apresentação oral tem como principais objetivos o desenvolvimento de habilidades consideradas de grande importância para a prática jurídica, tais como oratória, argumentação e raciocínio lógico. Assim, o estudo dirigido com defesa oral contribui para a formação de profissionais mais críticos, articulados e preparados para atuar na área jurídica.

Após desenvolver o trabalho, o aluno apresenta uma defesa oral, na qual explica suas principais ideias, métodos e conclusões, e, em seguida, pode responder às perguntas e questionamentos do professor e da turma. Essa modalidade permite que o aluno demonstre seu entendimento do conteúdo, sua capacidade de argumentação e sua preparação para a discussão acadêmica. É uma forma de avaliação que combina a produção escrita com a apresentação oral, promovendo uma compreensão mais aprofundada do tema estudado.

Ao simular uma defesa oral, o aluno se prepara para o ambiente de tribunal e para os desafios que poderá enfrentar na sua vida profissional. Essa experiência ajuda a aumentar a confiança do estudante em suas habilidades e conhecimentos, tornando-o mais preparado para atuar com segurança e competência na carreira jurídica.

Metodologia:

Os alunos recebem casos práticos ou temas para estudo, e devem pesquisar, analisar a legislação pertinente e preparar sua produção acadêmica por escrito.

Em sala de aula, os alunos apresentam seus trabalhos oralmente, que poderão simular uma audiência ou sessão de julgamento, dependendo da proposta do professor quanto ao trabalho.

Após a apresentação, os alunos respondem aos questionamentos feitos pelos colegas e professor aprimorando sua capacidade de argumentação e defesa de suas posições.

O professor fornece feedback sobre a apresentação, apontando pontos fortes e pontos a serem revistos, oferecendo sugestões para aprimoramento.

5.8 Elaboração de Sentenças

A sentença é uma decisão judicial que finaliza o processo, seja no âmbito cível, criminal, trabalhista ou de qualquer outra jurisdição, com ou sem resolução de mérito.

A elaboração de sentença como atividade avaliativa é uma rica oportunidade de se trabalhar de forma prática o que foi visto na teoria, desmistificando alguns pontos relevantes a respeito desse tema.

Ao preparar uma atividade de elaboração de sentença, o professor deve ter como prioridade a aplicação prática do conhecimento jurídico, além de ficar atento quanto aos elementos essenciais da sentença, à estrutura e à linguagem.

Para a atividade de elaboração de sentença, o professor poderá definir um caso relacionado ao seu conteúdo para que o aluno elabore uma sentença específica solicitada pelo professor, e deve explicar quais critérios de avaliação ele usará. É importante que o professor incentive a leitura, o estudo de jurisprudência e a pesquisa. Na estrutura da sentença encontram-se os seguintes fatores:

- Relatório
- Fundamentação
- Dispositivo

Quanto aos elementos essenciais de uma sentença, destacam-se:

- Identificação das partes
- Pedido
- Argumentação

- Decisão

Com relação à linguagem, serão analisados os fatores a seguir:

- Clareza
- Precisão
- Formalidade

Importante que o professor, após a correção, dê uma devolutiva detalhada para o aluno, levantando pontos fortes e pontos a serem aprimorados.

Modelos de Avaliação de Elaboração de Sentença (Anexo I e II).

5.9 Revisão Crítica de Decisões

De forma geral, a revisão crítica de decisões consiste em analisar de forma minuciosa determinada decisão observando seus pontos fortes e fracos e as suas consequências. É um instrumento importante que admite a possibilidade de um grande aprendizado para futuras decisões.

Essa ferramenta, pode ser aplicada na revisão de projetos, de processos, de investimentos, dentre outros, e permite uma análise assertiva para as próximas tomadas de decisão, uma vez que promove a reflexão do processo decisório.

Em sala de aula pode usar algumas atividades dinâmicas, estudos de caso, debates, discussões em grupos, em que os alunos devem avaliar os desdobramentos de suas decisões e examinar alternativas possíveis.

Metodologia:

O professor pode dividir a sala em grupos e disponibilizar material para que os grupos identifiquem o problema ou percebam se a situação precisa de uma decisão.

Estimular os grupos a fazerem o levantamento de informações importantes, destacando pontos fortes e fracos da decisão, analisando quais são as melhores opções e seu impacto na busca de uma nova decisão a respeito do mesmo assunto.

Os grupos podem redigir uma nova tomada de decisão baseada nas avaliações feitas pela decisão anterior, fundamentando de forma clara e assertiva, além de apresentar a forma como pretende monitorar os resultados e os impactos que dela possam advir.

O professor poderá sugerir a autoavaliação dos grupos, além de fazer sua avaliação baseada em alguns critérios (sugestão): a forma como o aluno e/ou o grupo identificam problemas, analisam de forma crítica e buscam soluções para os problemas, com argumentos coerentes, justificam suas decisões de forma racional e fundamentada, apresentação oral, se for o caso, organização do trabalho, comunicação, dentre outros.

5.10 Revisão Crítica de Decisões Jurídicas

A revisão crítica de decisões é um instrumento que permite ao aluno fazer uma investigação mais profunda de decisões com o objetivo de identificar possíveis fragilidades, pontos fortes, pontos fracos, incoerências ou erros e seu consequente impacto social.

É uma atividade a ser trabalhada de forma prática no curso, dando oportunidade aos alunos de se aproximarem mais do sistema jurídico e suas peculiaridades, através da compreensão abrangente do conteúdo trabalhado, do desenvolvimento da análise crítica, da comunicação, da aproximação com a realidade e da compreensão do impacto social.

Para fazer uma revisão crítica de decisões em um curso jurídico é necessário examinar a decisão judicial em questão através de algumas premissas tais como: qual é a questão central que levou a determinada decisão, quais foram os argumentos das partes envolvidas, em que se baseia a fundamentação da decisão e quais foram as consequências associadas a tal decisão.

A revisão crítica de decisões judiciais pode ser abordada através de diversas atividades, tais como: a análise de um acórdão, Aprendizagem Baseada em Problema (ABP), Estudo de Caso, Debates, com a intenção de aprimoramento para futuras tomadas de decisão.

Metodologia:

O professor pode dividir a turma em grupos e mostrar uma determinada decisão jurídica a ser estudada em busca de lacunas ou inconsistências.

Cada grupo irá se debruçar sobre o tema, fazer suas pesquisas, suas discussões, fazer suas anotações com as fundamentações, os argumentos das partes, os resultados ou impactos da decisão estudada.

Após o levantamento das informações da decisão, o grupo deverá discutir de forma crítica e apontar as consequências das decisões para a prática jurídica e a sociedade, para em seguida produzir um relatório, ou usar recursos visuais, para apresentar o resultado da revisão da decisão jurídica.

O professor pode sugerir autoavaliação dos grupos que apresentaram, além de sua avaliação, que poderá se dar através de todo o processo, desde a pesquisa até a apresentação dos grupos.

Ao final, fornecer uma devolutiva construtiva sobre as etapas de construção da atividade até sua finalização, sempre estimulando a reflexão e o aprimoramento.

5.11 Debates Técnicos ou Jurisprudenciais

Os debates jurídicos são discussões que ocorrem de maneira formal em ambientes acadêmicos, em que os temas relacionados ao Direito são analisados e confrontados com argumentos contrários, e têm como objetivo esclarecer um determinado tema jurídico, apresentar diferentes pontos de vista e contribuir para a formação de uma opinião fundamentada sobre um determinado tema jurídico.

Os debates jurídicos têm uma função importante na evolução do Direito, pois através deles promovem a troca de ideias e a reflexão crítica sobre normas, princípios e casos concretos, além de serem fundamentais para a elaboração de uma jurisprudência mais consistente e para a formação de precedentes que possam ser usados em futuras decisões judiciais.

Em sala de aula, o debate técnico como metodologia de ensino, proporciona o exercício de liderança, de independência intelectual e de opiniões, exercitam a imaginação e a liberdade de expressão.

Como critérios de avaliação, sugere-se que o professor observe o domínio do tema, as argumentações e contra argumentações, a participação, a clareza e organização das ideias, o respeito às regras do debate, dentre outros. É possível também que o professor combine com a turma que o debate servirá de elemento para uma atividade escrita (individual ou em grupo).

Antes de iniciar o debate, o professor deve lembrar algumas regras necessárias aos alunos:

- ter cuidado em não causar desordem ao expor as ideias;

- não desviar o tema do debate com colocação de ideias paralelas;
- usar uma linguagem formal e clara;
- aguardar a vez de falar;
- não interromper quem está falando;
- ouvir com respeito e atenção; e
- permitir que todos possam manifestar seus pensamentos.

Metodologia:

O professor deve solicitar aos alunos que organizem a sala de forma que todos os alunos ou grupos possam se ver.

Definir o tema a ser debatido, os alunos ou grupos que irão participar do debate e esclarecer de forma objetiva como se dará o debate, sendo ele próprio o mediador ou indicando um aluno para mediar.

Não se deve admitir um debate competitivo, com insultos, mas esclarecer que o debate é um trabalho em equipe, estimulando o direito de expressão e o respeito entre os participantes.

Ao definir o tema a ser debatido, o professor deve deixar claro sobre a importância dos grupos se apropriarem do assunto de forma profunda, para que possam debater de forma rica e produtiva, sugerindo que os grupos tragam evidências que enriqueçam suas argumentações.

Antes da discussão, é importante que o professor defina como o debate ocorrerá, estipulando período de início e término para os debatedores, tempo de réplica qual grupo iniciará o debate, tempo de fala para cada grupo e a forma como ocorrerá. Por exemplo:

- Antes da discussão, cada debatedor exporá sua opinião (4 min);
- Cada debatedor faz a apreciação da fala inicial de um de seus interlocutores, iniciando assim a discussão (4 min);
- O interlocutor citado pode pedir réplica (3 min);
- Ao final do debate, os outros grupos e alunos, podem dirigir perguntas diretas aos debatedores (10 min); e
- O debatedor inquirido terá 2 minutos para responder.

Antes do debate, o mediador cumprimenta o público, expõe o tema a ser debatido e fala como acontecerá o debate (item 4) e apresenta os debatedores e dá início ao debate. Sempre o mediador deve passar a palavra para um debatedor e

retomar a palavra para si para repassar para outro debatedor, durante todo o debate. Ao final do debate,

Ao final, o professor deve dar uma devolutiva aos alunos e se possível, ouvir a opinião deles sobre essa metodologia.

O professor deve esclarecer para a turma os critérios de avaliação e qual o valor poderá atribuir à atividade, se for o caso.

5.12 Simulações (julgamentos simulados, audiências, mediações e conciliações)

Simulações de julgamentos, audiências, mediações e conciliações são instrumentos pedagógicos práticos e eficazes quando o objetivo é instruir e preparar os profissionais para atuar com mais propriedade em seu ambiente profissional. Essa prática possibilita que o aluno experimente situações reais, auxiliando no desenvolvimento de ideias, de argumentações, de boa oratória, de autocontrole.

Simulação de Julgamentos/JÚRI:

Tem como objetivo reproduzir um ambiente real de julgamento, com os alunos interpretando os atores do julgamento. Essa simulação possibilita ao aluno fazer uma análise do caso, argumentação e ter um entendimento do julgamento e como pode ocorrer, em um ambiente controlado.

Metodologia:

O professor seleciona um caso real ou fictício que será trabalhado.

Definir os grupos e o papel de cada aluno participante das simulações de julgamento (advogados de defesa, promotores, jurados, testemunhas e juiz), tendo em vista os objetivos que ele espera alcançar com seus alunos.

Os grupos terão um tempo para estudar o caso, organizar as estratégias e preparar seus argumentos, testemunhos ou defesas através de pesquisas de leis, jurisprudências, dentre outros. O professor deve estar disponível para tirar dúvidas e dar as orientações necessárias.

O professor pode escolher um grupo de alunos para ajudá-lo a organizar o ambiente para o julgamento simulado, oferecendo à turma um ambiente com formato de um plenário - juiz como figura centralizada, defesa e acusação nas laterais e os

jurados em local separado, porém, na frente do juiz. É importante deixar um lugar apropriado para os debates.

No dia determinado para o julgamento, aqueles que representam a acusação devem apresentar seus argumentos primeiro, trazendo provas e apresentando testemunhas. Em seguida, a defesa faz o mesmo, porém, contradizendo as alegações da acusação. Ao longo do julgamento, as testemunhas serão interrogadas. E, ao final, após as argumentações, o grupo designado como jurados, vota e chega-se a um veredicto, sobre inocência ou culpabilidade do “réu”, e o juiz, baseado na votação dos jurados, profere a sentença.

Importante que ao final, o professor dê uma devolutiva detalhada e clara sobre as etapas do julgamento, apontando pontos fortes e pontos a serem aprimorados de todas as etapas que envolvem o julgamento, levando os alunos a refletirem sobre sua atuação durante a prática.

Simulação de Audiências:

Tem como objetivo demonstrar o passo-a-passo de uma audiência, levando o aluno a se preparar de forma sistemática para essa prática profissional, o que o levará a melhorar sua comunicação, sua postura em público, além de trabalhar os aspectos emocionais e psicológicos que podem impactar seu desempenho nas audiências.

Metodologia:

O professor deve definir os grupos e o papel de cada aluno participante das simulações de julgamento, assim como deve definir o caso a ser trabalhado, tendo em vista os objetivos que ele espera alcançar com seus alunos e levando em consideração o conteúdo trabalhado.

Escolher um grupo de alunos para ajudá-lo a organizar o ambiente para a simulação da audiência, oferecendo à turma um ambiente próximo da realidade de uma sala de audiência - juiz como figura centralizada, defesa e acusação nas laterais e outros.

Orientar de forma imparcial o grupo que fará parte da audiência simulada, mostrando aos alunos a importância de conhecer o caso de forma profunda, tendo em mente os pontos controversos, usando as provas que estão disponíveis e com quais teses deve trabalhar. Da mesma forma, deve deixar claro aos alunos que organizem

suas peças processuais, por exemplo, petições iniciais, contestações, memoriais, se for o caso, e ajudar os alunos na definição da melhor estratégia a ser utilizada.

No dia da simulação, o aluno que representa o juiz abrirá a audiência e explicará o andamento do caso; os alunos que representam as partes se qualificarão e apresentarão seus argumentos; os alunos que representam as testemunhas e partes serão ouvidos e haverá exposição de provas; a acusação e defesa apresentarão seus argumentos finais buscando o convencimento do juiz e o juiz proferirá a sentença, fundamentando sua decisão.

Após o término da simulação, o professor deve dar uma devolutiva aos participantes, analisando o desempenho de cada um, identificando os pontos fortes e pontos a serem aprimorados e as estratégias utilizadas, estimulando os alunos a refletirem sobre sua conduta ao longo do processo. Ficha de Simulação de Audiência (Anexo III).

Simulação de Mediação e Conciliação:

Na Mediação, tem-se um terceiro - o mediador - com o objetivo de alinhar a comunicação entre as partes, na busca por um acordo, sem, contudo, interferir na decisão das partes envolvidas. Na Conciliação, tem a figura do conciliador, o qual pode fazer sugestões para que o acordo ocorra entre as partes. Nesses dois tipos de simulações (Mediação e Conciliação), o aluno pode vivenciar como conciliador ou mediador, e desenvolve a capacidade de gerir negociações, observar os interesses das partes e trabalhar na busca de soluções. A vantagem da mediação é sua celeridade e menos custosa em vista de um processo judicial e as partes mantêm o controle sobre a solução do conflito.

Simulação da Mediação:

O professor deve definir o conflito que se encaixe nas exigências legais sobre mediação.

Escolher um aluno para representar o mediador, o que será imparcial e com predisposição para facilitar o diálogo, bem como a escuta ativa, proporcionando um ambiente pacífico e seguro. O mediador deve ter conhecimento sobre o caso a ser abordado na audiência. O professor escolherá também as outras partes envolvidas

no conflito e deverá incentivar esses alunos a se prepararem para a audiência, levando suas observações, seus pontos de vista e seus interesses para a audiência.

Importante que o professor envolva outros alunos na organização do ambiente onde ocorrerá a simulação da audiência de mediação, levando-se em consideração um ambiente mais próximo possível da realidade.

Ao iniciar a audiência, o mediador apresentará as partes, explicará o processo e deixará claro a importância da confidencialidade e a necessidade de colaboração entre todos os envolvidos na busca de uma solução.

O mediador ficará atento ao que as partes falam entre elas, podendo fazer as inquirições que achar necessárias para melhor compreensão, sempre de forma respeitosa e evitando julgamentos. Também é papel do mediador, estimular as partes a buscarem soluções que sejam interessantes para todos. Ao chegarem a um acordo, o mediador auxiliará as partes a formalizarem o entendimento, deixando claro às partes suas responsabilidades.

Após o término da simulação, o professor deve dar uma devolutiva aos participantes, analisando o desempenho de cada um, identificando os pontos fortes e pontos a serem aprimorados e as estratégias utilizadas, estimulando os alunos a refletirem sobre sua conduta ao longo do processo.

Simulação da Conciliação:

O professor deve definir o conflito que se encaixe nas exigências legais sobre conciliação.

Escolher um aluno para representar o conciliador, o qual deverá ter conhecimento sobre o tema a ser tratado e que terá uma intervenção mais ativa na sugestão de soluções e sugerindo acordos entre as partes. O professor escolherá também as outras partes envolvidas no conflito e deverá incentivar esses alunos a se prepararem para a audiência, levando suas observações, seus pontos de vista e seus interesses para a audiência.

Importante que o professor envolva outros alunos na organização do ambiente onde ocorrerá a simulação da audiência de conciliação, levando-se em consideração um ambiente mais próximo possível da realidade.

Ao iniciar a audiência, o conciliador apresentará as partes, explicará o processo e informará às partes que pode apresentar propostas buscando ponto de equilíbrio e soluções para o caso, porém, ficará a critério das partes a decisão final.

O conciliador ajudará a formalizar os termos, caso haja acordo entre as partes, garantindo que todos estejam cientes de suas responsabilidades.

Após o término da simulação, o professor deve dar uma devolutiva aos participantes, analisando o desempenho de cada um, identificando os pontos fortes e fracos e as estratégias utilizadas, estimulando os alunos a refletirem sobre sua conduta ao longo do processo.

5.13 Grupos de Discussão

É um instrumento produtivo, pois favorece a participação da turma a respeito de determinado tema a ser trabalhado, suscitando opiniões e observações, trabalhando a tolerância e o respeito, uma vez que, além o tema conceitual a ser discutido, abre oportunidade para os conteúdos mais profundos relacionados a valores, atitudes, comportamentos e normas.

A discussão feita em grupo não é o fim em si mesmo, ou seja, não se busca conclusões finais, mas um apanhado de possibilidades, através de pontos de vista diferentes, sendo um instrumento que auxiliará em um próximo momento, nas exposições de conteúdos a serem trabalhados.

O docente deve compartilhar o tema a ser trabalhado, instigando os alunos a estudarem previamente, enriquecendo a discussão. O docente tem o papel de mediar e/ou orientar as discussões, e que devem ser descentralizadas, sendo sugerido ao docente ter, por exemplo, um questionário semiestruturado, levando ao grupo questionamentos dos principais pontos a serem trabalhados, evitando que se fuja do tema abordado, que devem ser descentralizadas.

O docente, como mediador, deve deixar claro os objetivos a serem atingidos com o grupo de discussões e combinar com as discentes regras claras para o bom andamento do grupo de discussão, promovendo uma discussão rica e respeitosa.

A ideia de avaliação para os grupos de discussão é analisar, dentre outros, a participação do discente através de colocações coerentes e claras, que traduzam o objetivo do tema proposto.

Metodologia:

O professor deve explicar de forma clara quais os objetivos ele espera com essa atividade (por exemplo: aprofundar em determinado tema; observar a forma como os alunos se empenham na resolução de problemas; a capacidade de pesquisa do tema; observar como se dará a troca de experiências). Deve oferecer para a turma temas que sejam relevantes e inseridos na temática de suas aulas, despertando o interesse dos alunos e dando a oportunidade de maior aprendizado.

Formar os grupos ou permitir que eles se organizem, porém, deve ter em mente o melhor aproveitamento da metodologia apresentada. Caso o professor considere importante, pode nomear um coordenador e um relator para cada grupo, ou apenas pedir que os grupos decidam isso entre seus participantes.

Definir as regras a serem observadas pelos grupos, bem como o tempo que os grupos terão para cada ação, tais como leitura, entrega dos relatórios ou apresentações.

É importante que o professor ofereça materiais referentes ao tema a ser discutido, além de estar atento para esclarecer dúvidas, orientar e incentivar os alunos ou grupos em suas reflexões e exposição de opiniões, criando um ambiente seguro e acolhedor, e ao mesmo tempo dinâmico.

Em todas as etapas do grupo de discussão, é possível que sejam observados alguns critérios de avaliação, e ao final da discussão, pode-se avaliar os resultados e a participação dos alunos de cada grupo, e oferecer devolutiva aos grupos, gerando reflexões positivas para posteriores grupos de discussão.

5.14 Grupos de Verbalização - Grupo de Observação (GVGO)

Essa metodologia ativa tem esse nome pois é desenvolvida com dois grupos específicos - Grupo de Verbalização (G.V) e Grupo de Observação (G.O), e é possível ser trabalhada com a sala inteira dividindo a turma em dois grandes grupos para analisar um tema, com um grupo responsável pela discussão e outro pela observação crítica da discussão

O objetivo dessa metodologia é integrar e sistematizar os conhecimentos, desenvolver a expressão oral e a interação social e o autocontrole, bem como a participação ativa dos grupos, a heterogeneidade de ideias, o retorno rápido sobre o tema abordado e pode ser utilizada em diversas áreas do ensino superior, buscando a identificação de problemas, a análise da situação, e soluções inovadoras.

Metodologia:

O professor deve definir quais os objetivos a serem alcançados e os conteúdos pertinentes, bem como definir a situação problema em torno da qual será desenvolvida a metodologia e elaborar as tarefas a serem distribuídas aos grupos G.V e G.O.

Explicar como será feita essa técnica e divide a turma em dois grupos (sugestão), o grupo do centro - Grupo de Verbalização (G.V.), o qual discutirá o tema; e o grupo que envolve o grupo de centro - Grupo de Observação (G.O), o qual observará em silêncio a discussão do Grupo de Verbalização.

Após a constituição dos grupos, o professor propõe a situação problema ao Grupo de Verbalização (G.V.) e distribui as tarefas ao Grupo de Observação (G.O.).

Tarefas para o G.V.:

- Coordenação do grupo (definida previamente pelo professor/ grupo)
- Coordenação do tempo
- Manter a discussão ativa
- Chegar a conclusões
- Estimular e manter a participação de todos
- Anotar as conclusões e lê-las ao final
- Apresentar sugestões para que o debate se mantenha rico e ativo

Tarefas para o G.O.:

- Anotar as ideias adquiridas
- Anotar as conclusões apontadas pelo G.V.
- Descobrir quem é o avaliador e avaliar seu trabalho
- Descobrir quem atuou como secretário e comentar sobre o trabalho efetuado
- Avaliar o desenvolvimento do G.V.
- Refletir se sentiu bem fazendo parte do G.O. e dizer o porquê

Ao final do tempo determinado para a atividade, o G.O. fica com a palavra e fala sobre suas observações relacionadas às suas tarefas. Caso haja tempo, pode-se fazer outra rodada da metodologia, trocando os grupos e o tema a ser discutido.

O Grupo de Verbalização (G.O.) pode ser avaliado pela a participação de cada integrante e seu cuidado em manter a discussão coerente, além do papel do líder e secretário, caso tenham sido escolhidos. O Grupo de Observação (G.O.) será avaliado

por sua atenção, por sua postura em ouvir sem interferir e pela elaboração de suas observações.

Para aprofundar conhecimentos:

Metodologias Ativas - Grupo de Verbalização e Grupo de Observação

<https://youtu.be/Z0EPj7jwxd4?si=gz20rFIWqY-3Tp1>

5.15 Phillips 66

A técnica Phillips 66 é um instrumento criado para promover a discussão em grupos e consiste em dividir um grupo maior em grupos menores de seis participantes que deverão discutir determinado assunto por um período de seis minutos, com o objetivo de incentivar a participação, a discussão, o respeito a pontos de vista diferentes, a produção de ideias e o engajamento dos participantes.

Metodologia:

O professor deve planejar a atividade, definir o tema a ser trabalhado, o tempo para a discussão do tema e orientar os grupos a forma como serão avaliados.

Após definir os grupos e divulgar o tema da discussão, deve incentivar a participação dos alunos em todos os grupos e observá-los, estimulando para que os objetivos da discussão sejam alcançados.

A avaliação do processo, que será formativa, decorre da observação do professor quanto à participação dos alunos nos respectivos grupos, sua interação quanto à elaboração e relevância das colocações e o processo de autoavaliação, se for o caso.

Ao final da atividade, o professor transmite sua devolutiva aos alunos quanto à participação no grupo e individualmente, deixando que os alunos se expressem quanto à técnica aplicada, dando ao professor ferramentas para conhecer melhor seu grupo de alunos e caminhos mais positivos de planejamento que permitam melhoria na aprendizagem.

Para aprofundar conhecimentos:

Como aplicar a estratégia de ensino Phillips 66?

https://youtu.be/0A7f1DCKD-I?si= TrZeRao1BX_9AWh

Módulo_4_Episódio_1_Metodologias_Ativas_Phillips_66

<https://youtu.be/ODDZpWwpiMo?si=4X0NUmngxHTGBPIL>

5.16 Paper

O paper é considerado como um artigo científico menor e mais objetivo, ou seja, é um trabalho que apresenta o resultado encontrado acerca de uma pesquisa sobre um assunto pré-definido e pode ser publicado. O número de páginas do paper pode variar, dependendo da instituição, porém, geralmente acata as normas da ABNT em sua estrutura. Como instrumento avaliativo o número de páginas deve ser considerado de forma razoável, não ultrapassando cinco páginas.

Geralmente a estrutura de um paper vem descrita nos editais de revistas, congressos ou regimentos das Instituições, porém, de forma geral, apresentam:

- Título e resumo
- Introdução
- Desenvolvimento
- Conclusão
- Referências

Metodologia:

O professor pode determinar o tema a ser trabalhado pelo aluno ou permitir que o aluno escolha. É importante que o professor oriente o aluno quanto à delimitação do problema, promovendo uma pesquisa mais direcionada e uma escrita mais clara.

É importante que o professor acompanhe a pesquisa bibliográfica do aluno na busca por fontes relevantes que imprimam ao trabalho mais qualidade, interesse e confiabilidade.

O paper é construído observando-se sua estrutura (a qual poderá ser indicada pela Instituição), os argumentos postos de forma coerente, uma escrita clara e objetiva, a atenção às normas da ABNT, dentre outros critérios que o professor deverá orientar e acompanhar, dando as devolutivas e auxiliando na construção quando necessário.

Durante todo o processo de construção do paper, o professor deve fornecer devolutiva construtiva, assim como auxiliar o aluno a vencer suas dificuldades e trazer uma melhor qualidade ao seu trabalho.

5.17 Resumos

O principal objetivo dos resumos para a aprendizagem é fazer anotações de forma eficaz e adotar algumas técnicas que impulsionem a compreensão e auxiliem o aluno a reter o conhecimento.

O resumo não é apenas um esquema, uma estrutura escrita, mas uma interpretação do que foi compreendido. Portanto, para que o resumo seja produtivo, há algumas técnicas que auxiliam na captação da ideia principal e também algumas outras estruturas que facilitem a retenção do conhecimento, tais como, sublinhar e usar setas, gráficos ao lado dos assuntos importantes.

Metodologia:

O aluno deve fazer uma leitura cuidadosa do assunto a ser resumido, levantando os principais pontos e as palavras que se destacam sobre o assunto, assim como assinalar frases importantes.

Sugere-se que o aluno reelabore o que leu usando suas próprias palavras usando coesão e, se for o caso, esquematizando as principais ideias.

Após finalizar o resumo, é necessário estudá-lo atentamente, como forma de se certificar que as informações mais importantes foram mantidas.

Para resumos feitos em sala de aula, é importante que o aluno escreva de forma rápida, clara e estruturada, captando o essencial do que está sendo apresentado pelo professor, usando suas próprias palavras e, se for o caso, abreviações. Se for possível, comparar seu resumo anotado com outros colegas, completando aquilo que não foi possível anotar, além de manter sua escrita personalizada, o que facilitará o estudo do conteúdo do resumo.

Caso o professor tenha interesse em avaliar o resumo anotado de seus alunos, sugere-se pedir um resumo que possa mostrar clareza, facilidade de compreensão, destaque de pontos mais importantes do tema abordado, por exemplo.

5.18 Análise crítica

A análise crítica é um instrumento de avaliação que busca fazer análise, avaliação e interpretação de forma mais aprofundada e reflexiva a respeito de determinado assunto. Através da análise crítica, é possível levantar pontos fortes e fracos, observar novas possibilidades de aplicação, destacar diferentes pontos de vista de alguns assuntos de forma mais criteriosa. Através da habilidade da análise crítica, o aluno reforça seu senso crítico, sua faculdade de questionar e sugerir soluções.

O professor, quanto à análise crítica, deve estimular os alunos a fazerem uma avaliação do contexto e dos fatos envolvidos, a análise dos argumentos e os questionamentos a respeito, a reflexão quanto às diferentes perspectivas, a formação de pontos de vista e opiniões e a proposição de soluções.

Metodologia:

O professor pode desenvolver debates e discussões em sala de aula de determinado assunto relevante sobre seu conteúdo, estimulando os alunos a mostrarem suas opiniões, suas argumentações de forma respeitosa, permitindo o enriquecimento da aprendizagem. O material oferecido para análise crítica deve ter conexão com a realidade social, política e econômica de uma determinada época, buscando uma compreensão mais ampla do mundo e da tomada de decisões.

Pode também exibir materiais (textos, notícias, casos práticos, dentre outros) incentivando os alunos a fazerem uma análise crítica, mostrando as várias perspectivas advindas do material apresentado.

Utilizar instrumentos de avaliação (exercícios práticos, atividades de escrita, discussão em grupo, dentre outros) como forma de acompanhar o desenvolvimento dos alunos quanto à análise crítica do tema proposto.

O professor pode, a qualquer tempo, durante o processo da análise crítica, fazer uma modelagem da técnica, mostrando de forma clara, cada etapa do processo.

Ao final de uma atividade de análise crítica, é importante que o professor dê uma devolutiva individualizada com o objetivo de aprimorar suas habilidades.

5.19 Mapas conceituais

O mapa conceitual é um instrumento visual que tem por principal finalidade organizar ideias que possam representar o conhecimento de determinado assunto. São usados para definir, explicar ou analisar temas complexos dividindo-os em partes menores, potencializando o processo de aprendizado.

Os mapas conceituais têm várias finalidades, dentre elas, apresentar conceitos, captar novas ideias e demonstrar as conexões, além de documentar processos, mostrando as etapas e a ligação entre elas.

Os mapas conceituais têm como características específicas em sua construção, o uso de formas gráficas que interligam conceitos usando frases ou palavras específicas que os unem, com a finalidade de facilitar a compreensão do tema. Mas dentre essas características, podem haver outras inserções como forma de definir conceitos menores ou características específicas de subtemas.

O mapa conceitual facilita a colaboração, possibilita trazer mais clareza no entendimento de determinado tema, podem mostrar de forma clara a hierarquia de organizações, facilita a retenção de conhecimento através da visualização, podem sistematizar conceitos novos e antigos, estimula a organização mental, a criatividade e a inovação.

Como forma de avaliação dos mapas conceituais, sugere-se ao docente usar uma lista de verificação na análise dos objetivos e conceitos que serão propostos aos estudantes.

Nesse sentido, a avaliação se dá em observar o raciocínio lógico do discente, levando-se em consideração seu conhecimento prévio, avaliando conteúdo, estrutura, lógica, e apresentação de cada mapa individualmente.

Metodologia:

Professor:

O professor deve orientar seus alunos quanto ao tema a ser desenvolvido no mapa conceitual de acordo com sua disciplina.

É interessante que a sala seja dividida em grupos (não muito grande) de alunos.

É muito importante que o professor incentive os membros dos grupos à reflexão, discussão e organização do mapa conceitual.

O professor ficará disponível para esclarecer dúvidas e orientar os alunos durante a construção do mapa conceitual.

O professor pode avaliar todo o processo de formação do mapa conceitual incluindo a apresentação, que deve ser clara e objetiva. Ao final, é importante que o professor dê uma devolutiva para cada grupo e/ou para a turma.

Alunos:

A ideia central que será o ponto de partida do mapa conceitual. Pode ser em forma de pergunta, ou um problema a ser solucionado, ou um novo assunto que quer aprender melhor. É importante colocar em destaque na área de trabalho (no topo ou no meio da área de trabalho).

Ao definir os conceitos relacionados ao tópico principal, estes devem ser colocados no espaço de trabalho, porém em destaques menores com ramos partindo do tópico principal, indicando que, do tema principal, se extraiu esses conceitos relacionados. Os conceitos relacionados podem ser palavras-chave ou frases que os representem seguidos de frases pequenas ou tópicos que explicam esses conceitos relacionados.

O mapa conceitual permite várias ramificações, tendo o tema principal como início, ou seja, todas os outros conceitos com suas ramificações explicativas em forma de tópicos ou frases curtas, podem gerar outros conceitos com novas ramificações de esclarecimentos até que se esgote o tema principal.

O mapa conceitual surgiu como forma de facilitar o entendimento e memorizar de forma sistematizada determinado tema a ser compreendido, por isso, é extremamente importante que a aplicação dos conceitos e suas ramificações ocorram de forma clara, sinalizando através de poucas palavras (ou desenhos ou números) o que se quer dizer.

Ao finalizar o mapa conceitual, os grupos terão a oportunidade de apresentá-los entre si, gerando novas ideias, sugestões e feedbacks dos colegas e do professor.

Para aprofundar conhecimentos:

Mapas conceituais como metodologias ativas de ensino-aprendizagem

<https://youtu.be/ORd1OSbz0GA?si=zSKHUvycyRBldJel>

Mapas Conceituais: conceitos, estrutura básica e recursos computacionais para fazê-los

<https://youtu.be/-9CfBicw9yA?si=bKf01KJ-kwJQOD9M>

5.20 Registros reflexivos

Utilizar o registro reflexivo como instrumento de avaliação é uma excelente forma de promover o protagonismo do aluno, incentivando-o a refletir sobre suas experiências de aprendizagem, identificar avanços e áreas para melhoria, e se engajar num processo contínuo de autoconhecimento.

O registro reflexivo será utilizado para avaliar o aprendizado do aluno a partir de suas próprias percepções, servindo como um canal para observar competências adquiridas, dificuldades enfrentadas, estratégias utilizadas e caminhos para futuras melhorias.

Metodologia:

1. Introdução ao Registro Reflexivo (Apresentação do Método)

Explique aos alunos o que é um registro reflexivo: um espaço pessoal para expressar pensamentos, sentimentos e analisar experiências relacionadas ao aprendizado.

Enfatize a importância da autoavaliação como ferramenta de crescimento individual.

Apresente exemplos práticos de registros reflexivos (podem ser textos, áudios, desenhos, vídeos, etc.).

Crie um ambiente acolhedor, garantindo que o registro seja uma prática segura e não julgadora.

2. Definição de Estrutura e Formato

Estabeleça um formato claro e flexível, com tópicos que orientem o registro sem limitar a individualidade do aluno. Um exemplo de tópicos:

- O que aprendi hoje/esta semana?

- Quais foram as etapas ou estratégias mais importantes para esse aprendizado?
- Quais dificuldades enfrentei e como tentei enfrentá-las?
- Como me senti durante o processo de aprendizagem?
- Como posso melhorar no futuro?

Ofereça diferentes meios de registro (escrito, digital, vídeo ou áudio), considerando as preferências dos alunos e a acessibilidade.

3. Frequência e Regularidade

Determine a frequência do registro (diária, semanal, por módulo ou projeto). Certifique-se de que o tempo para realização do registro seja integrado às atividades da turma, para que o aluno não veja isso como uma tarefa adicional.

4. Cultura de Reflexão Ativa e Orientação

Instrua os alunos a iniciarem cada reflexão lembrando objetivos ou metas previamente estabelecidas.

Incentive-os a analisarem não apenas o resultado, mas também o processo que levou até ele.

Realize sessões esporádicas de mentoria individual ou em grupo, onde os alunos possam compartilhar suas reflexões, descobertas e inquietações, caso se sintam confortáveis.

5. Contextualização como Avaliação

Explique como o registro reflexivo será avaliado, garantindo transparência. Por exemplo:

- Valorize a consistência (se estão fazendo regularmente).
- Avalie a profundidade reflexiva (se conseguem analisar mudanças, dificuldades, estratégias e sentimentos).
- Não foque em correções gramaticais ou escritas, exceto se for objetivo didático do contexto.
- Proponha usar uma rubrica ou critérios qualitativos para orientar a avaliação (ex.: análise crítica, foco, proposição de soluções para dificuldades, etc.).

1. Aquecimento Reflexivo

Primeiros contatos: Realize atividades introdutórias, como debates, perguntas abertas, ou dinâmicas de grupo que trabalhem autorreflexão, para deixar os alunos mais confiantes.

Exemplo: Ofereça uma experiência prática do processo reflexivo, como escrever uma resposta a um questionamento específico de um evento simples no aprendizado.

2. Planejamento Inicial

Peça aos alunos que estabeleçam metas de curto e médio prazo antes de começarem os registros e relacionem-nas ao conteúdo ou habilidade a ser desenvolvido.

Exemplo de meta: "Quero melhorar minha organização ao estudar e refletir sobre meu progresso semanalmente".

3. Desenvolvimento

Trabalhe o registro reflexivo de maneira incremental:

Primeiras reflexões: Estimule reflexões mais simples e diretas, que não exijam muita análise crítica, para familiarizar o aluno.

Após evoluir: Comece a acrescentar perguntas mais profundas e análises de competências transversais, como espírito crítico, empatia e aprendizado socioemocional.

4. Feedback Constante

Dê retorno qualitativo para fortalecer o hábito e reconhecer o esforço individual do aluno. O feedback deve ser construtivo, como:

"Percebo que você identificou dificuldades em organizar seu tempo; que tal listar três estratégias para melhorar isso na próxima reflexão?"

Mostre exemplos de registros bem-sucedidos para inspirar os alunos.

5. Revisão e Reflexão Final

Peça que os alunos revisem seus registros após um ciclo de aprendizagem (módulo, trimestre, semestre) e façam uma reflexão global:

- O que mudou desde o início do processo?

- Quais foram as maiores conquistas?
- Quais pontos ainda precisam de atenção?

Utilize esse momento para integrar o registro reflexivo aos demais instrumentos avaliativos.

6. Integração com Outras Avaliações

O registro reflexivo pode complementar instrumentos tradicionais, como projetos, provas e apresentações:

Exemplo: Após uma prova, os alunos podem refletir sobre como se prepararam, o que acertaram e como poderiam melhorar.

O registro reflexivo é uma ferramenta poderosa que permite ao aluno avaliar sua própria trajetória de aprendizagem de maneira profunda e significativa. Seguindo uma metodologia estruturada, o professor pode estimular reflexões ricas e utilizar esses registros como complemento ou base de sua avaliação formativa. Assim, o processo de ensino-aprendizagem torna-se mais humano, criativo e eficaz.

5.21 Portifólios

O portfólio se caracteriza por fornecer um acesso rápido e prático da história do estudante, a partir das principais experiências acadêmicas, por conter uma coleção personalizada que reúne trabalhos, reflexões, instrumentos e dados de seu autor ao longo de um determinado período, possibilitando avaliação formativa e contínua de seu aprendizado. Este instrumento de avaliação pode ser utilizado em todos os níveis e modalidades de ensino, pois permite ao discente uma visão abrangente de seu aprendizado, exercitando sua autonomia como principal ator durante a construção de seu portfólio e através do acompanhamento de sua evolução com feedbacks personalizados por parte do docente.

O papel do docente na construção do portfólio é determinar junto a turma de que maneira o portfólio será desenvolvido - quais elementos farão parte do portfólio, determinar o prazo de entrega e/ou apresentações, os critérios valorativos de cada etapa e estar disponível para auxiliar a turma durante o processo, além de fazer seus próprios registros ao longo da construção dos portfólios de seus alunos, gerando elementos para sua avaliação.

Para a construção de um portfólio, tem-se como sugestão: a inclusão de registro de experiências científicas, seminários, simpósios, palestras e outros; material de aulas com cronogramas, material próprio do discente (conteúdos desenvolvidos, técnicas e materiais institucionais utilizados, inovações introduzidas, reflexões próprias sobre o ensino, pesquisa de seu interesse); materiais de outras pessoas (colegas, professores, livros, jornais, artigos).

O portfólio pode ser construído inicialmente com o título, o índice e a introdução explicando do que se trata o material, inclusive a forma de apresentação (pode ser variada – eletrônico, pasta, caderno). O essencial é que cada parte inserida no portfólio seja acompanhada de autoavaliação do autor, além de comentários do professor.

Metodologia:

Professor:

Como ponto de partida, é importante que o professor explique o que é um portfólio e qual ou quais objetivos a serem alcançados com sua construção. O professor deve orientar o aluno a forma de desenvolver seu portfólio, definir prazos para início e finalização e falar de forma clara como se dará a avaliação, que poderá ser formativa, dando devolutiva ao aluno a cada ação inserida ou em prazos determinados. É muito válido que o professor se coloque à disposição para acompanhar a construção do portfólio acadêmico de seus alunos, oferecendo suporte, sugestões e estimulando reflexões.

Aluno:

O aluno deve ter em mente que o portfólio permite que ele evidencie determinadas competências, suas realizações ao longo da disciplina trabalhada, suas experiências durante o período (participações em projetos, palestras, seminários, desenvolvimento de trabalhos acadêmicos, atividades, leituras, dentre outras que contribuam para seu desenvolvimento ao longo do período), contextualizando-as e destacando as contribuições em sua aprendizagem.

O desenvolvimento do portfólio deve ser um ponto forte do portfólio, pois permite uma grande reflexão dos resultados obtidos, que pode ser feito ao final de

cada ação inserida, bem como ao final do processo, mostrando os impactos em sua aprendizagem.

Ao fazer a apresentação de seu portfólio, é importante que o aluno seja organizado, fazendo uma capa de apresentação, sumário, introdução destacando quais objetivos deseja alcançar ao final, seções para os trabalhos, conclusão e anexos, se for o caso. Importante acrescentar a cada ação, imagens, gráficos, também cópias dos trabalhos, links; além de fazer suas análises e mostrar os resultados alcançados, destacando as competências desenvolvidas com determinada ação. Enfim, tudo o que possa proporcionar um enriquecimento de informações do aprendizado obtido ao longo da construção do portfólio.

Para aprofundar conhecimentos:

Portfólio como estratégia de avaliação e de autoavaliação

<https://youtu.be/jUXwnlhM6d4?si=7ywGF16k7InJSIOi>

Metodologia no Ensino Superior _ Portfólio

<https://www.youtube.com/live/MVewMlorAYM?si=l56DPftmWIrE8vOC>

5.22 Simulado do Exame Nacional da Magistratura - ENAM

O simulado do Exame Nacional da Magistratura tem por objetivo contribuir para a preparação do candidato ao exame e será realizado uma vez por ano no mês de setembro, incluído no Calendário Anual da Pós-Graduação *Lato Sensu* Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura - EDCM e no Horário da Aula.

A prova conterà 80 questões e será realizada com o mesmo tempo previsto para a realização da prova do ENAM.

O simulado será opcional e não comporá nota do curso.

Será realizado com questões elaboradas pelos professores do curso EDCM de Porto Velho e Cacoal, para elaboração de prova única a ser realizadas concomitantemente nos dois cursos.

Metodologia:

Para assegurar a qualidade e uniformidade do simulado, as questões devem seguir os seguintes parâmetros:

1. Serem de múltipla escolha, numeradas sequencialmente, contendo cinco (5) alternativas cada (A, B, C, D e E), com apenas uma alternativa correta.
2. Basearem-se em:
 - Enunciados de súmulas, vinculantes ou não;
 - Recursos repetitivos; e
 - Entendimento jurisprudencial dominante dos Tribunais Superiores.
3. Estarem em conformidade com os conteúdos programáticos do ENAM.
4. Estruturação das questões:
 - As questões devem ser elaboradas com enunciados claros e objetivos, evitando ambiguidades e facilitando a compreensão do que está sendo solicitado;
 - As alternativas de múltipla escolha são construídas com opções plausíveis, incluindo a resposta correta e outras incorretas, mas próximas, com o objetivo de avaliar de forma mais precisa o conhecimento do candidato;
 - As questões devem ser baseadas em situações práticas, apresentadas por meio de casos hipotéticos, exigindo a aplicação do conhecimento jurídico à resolução de problemas do cotidiano profissional. Todo o processo de elaboração busca valorizar o raciocínio, a capacidade de resolver problemas e a vocação para a magistratura.

6 UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA NOS PROCESSOS AVALIATIVOS

A integração da Inteligência Artificial Generativa (IA Generativa) no processo avaliativo representa um avanço significativo, oferecendo aos docentes ferramentas poderosas para aprimorar a qualidade, a relevância e a diversidade dos instrumentos de avaliação. Contudo, seu uso deve ser pautado por princípios éticos e pedagógicos claros, garantindo que a tecnologia sirva como um suporte ao desenvolvimento integral do discente e à excelência da prática docente.

6.1 Considerações Éticas e Pedagógicas na Utilização da IA Generativa

A aplicação da IA Generativa em contextos avaliativos exige uma reflexão cuidadosa sobre suas implicações. Para assegurar um uso responsável e eficaz, os docentes devem considerar os seguintes pontos:

- **Transparência e Autoria:** A IA Generativa é uma ferramenta de apoio. É fundamental que o professor mantenha a autoria e a responsabilidade final sobre o material gerado, revisando-o criticamente, adaptando-o ao contexto específico da disciplina e garantindo sua originalidade. A utilização da IA deve ser transparente, tanto no processo de criação quanto na comunicação com os alunos, se pertinente.
- **Viés e Imparcialidade:** As IAs Generativas são treinadas em vastos conjuntos de dados, que podem refletir vieses sociais e históricos. Ao gerar conteúdo avaliativo, o docente deve estar atento a possíveis preconceitos ou informações desatualizadas/tendenciosas, revisando e corrigindo-as para garantir a imparcialidade e a equidade das avaliações.
- **Confidencialidade e Proteção de Dados:** Nenhuma informação sensível de alunos ou dados confidenciais da instituição deve ser inserida em ferramentas de IA Generativa públicas. O uso deve se restringir à geração de conteúdo pedagógico geral, sem comprometer a privacidade ou a segurança de dados.
- **Complementaridade e Não Substituição:** A IA Generativa é um auxílio, não um substituto. Ela complementa a criatividade, o conhecimento e a experiência do docente na elaboração de avaliações, permitindo que o professor se concentre em aspectos mais complexos da ensinagem e da devolutiva. A capacidade humana de julgamento, adaptação e empatia permanece insubstituível.
- **Validação Contínua:** Todo o material gerado pela IA deve ser submetido a uma rigorosa validação pedagógica e de conteúdo. Isso inclui a verificação da acurácia das informações, a adequação ao nível dos alunos, a clareza das questões e o alinhamento com os objetivos de aprendizagem da disciplina.

6.2 Princípios para a Construção de Prompts Eficazes

A qualidade da resposta de uma IA Generativa está diretamente ligada à qualidade do "prompt" — a instrução ou pergunta fornecida pelo usuário. Um prompt bem elaborado é a chave para obter resultados úteis e alinhados às expectativas.

Para construir prompts eficazes, considere os seguintes princípios:

- **Clareza e Especificidade:** Seja o mais claro e direto possível. Evite ambiguidades e use termos precisos. Quanto mais específico o pedido, mais direcionada será a resposta da IA.
 - Exemplo Ruim: "Crie uma questão de Direito."
 - Exemplo Bom: "Elabore uma questão de múltipla escolha sobre Direito Constitucional, focando nos direitos fundamentais da primeira geração, para alunos de pós-graduação."
- **Contexto Detalhado:** Forneça todas as informações relevantes que a IA precisa para entender o escopo da tarefa. Inclua o público-alvo (nível educacional), a disciplina, o tema específico, a profundidade desejada, a duração, e qualquer outro dado pertinente.
 - Exemplo: "Estou elaborando uma avaliação para a disciplina de Processo Penal III, para alunos do quinto período de Direito. O tema abordado foi 'Prisão Preventiva' e 'Liberdade Provisória'. Crie um problema hipotético que envolva os dois institutos, adequado para uma prova dissertativa de 60 minutos."
- **Formato de Saída Desejado:** Indique explicitamente como você deseja que a IA formate a resposta (lista, parágrafo, tabela, questão com alternativas, gabarito, etc.).
 - Exemplo: "Gere 5 questões de verdadeiro ou falso, com justificativa para cada assertiva, sobre o tema 'Recursos no Processo Civil'."
- **Definição de Restrições e Critérios:** Se houver limites de palavras, número de itens, estilo (formal, objetivo), ou requisitos específicos (ex: deve incluir uma súmula, deve explorar um dilema ético), inclua-os no prompt.
 - Exemplo: "Crie uma questão dissertativa que avalie a capacidade do aluno de articular a teoria do bem jurídico com o princípio da fragmentariedade do Direito Penal. A questão deve ter no máximo 150 palavras e exigir uma resposta de até 300 palavras."

- **Iteração e Refinamento:** Raramente o primeiro prompt resultará na resposta perfeita. Esteja preparado para refinar seu prompt com base nas respostas iniciais da IA. Use frases como "Revise esta questão para...", "Adicione mais detalhes sobre...", "Simplifique a linguagem de...", "Gere outra alternativa incorreta que seja mais plausível...".

Ao dominar a arte de construir prompts, o docente potencializa significativamente a capacidade da IA Generativa como uma aliada no processo de avaliação.

6.3 Criação de Estudos de Caso com IA Generativa

Estudos de caso são instrumentos avaliativos que promovem o raciocínio crítico, a análise de situações complexas e a aplicação prática de conceitos. A IA Generativa pode ser uma ferramenta valiosa para criar cenários ricos e desafiadores, economizando tempo do docente na construção de casos relevantes e contextualizados.

Metodologia:

Antes de tudo, determine quais competências e conhecimentos específicos o estudo de caso deve avaliar (ex: capacidade de identificar problemas jurídicos, propor soluções, aplicar legislação, ponderar valores).

Descreva o tema central, o ramo do direito, o nível de complexidade (graduação, pós-graduação), e o contexto desejado (cível, penal, trabalhista, administrativo, etc.).

Oriente a IA sobre os componentes necessários:

- Personagens: Número, papéis, breve descrição.
- Dilema ou Conflito: Qual o problema central a ser resolvido.
- Informações Relevantes: Fatos essenciais, dados técnicos, datas, leis envolvidas (mesmo que hipotéticas).
- Perguntas-Guia: Questões que o aluno deve responder ao analisar o caso.

Peça à IA para gerar também uma solução (gabarito) ou uma lista de pontos-chave que deveriam ser abordados na resposta ideal.

O professor deve revisar o estudo de caso gerado, ajustando detalhes, garantindo a veracidade das informações jurídicas e adequando a complexidade e a linguagem ao perfil dos alunos.

Exemplo de Prompt para Criação de Estudo de Caso:

"Crie um estudo de caso complexo para a disciplina de Direito Ambiental, para alunos de pós-graduação em direito para a carreira da Magistratura, com foco em licenciamento ambiental e responsabilidade civil por danos ambientais.

O caso deve envolver uma empresa de mineração que obteve licença, mas posteriormente causou um desastre ambiental devido à falha de suas barragens. Deve haver múltiplos atores envolvidos: a empresa, a agência reguladora, a comunidade local e o Ministério Público.

O estudo de caso deve ter entre 500 e 700 palavras e apresentar um dilema que exija a aplicação da Lei nº 6.938/81 e da jurisprudência consolidada do STJ sobre responsabilidade objetiva em matéria ambiental.

Inclua as seguintes questões para análise pelos alunos:

1. Identifique as responsabilidades jurídicas da empresa de mineração.
2. Discuta o papel da agência reguladora e se há omissão ou conivência.
3. Quais seriam as medidas cabíveis para reparação do dano ambiental e compensação à comunidade afetada?
4. Elabore um pequeno gabarito com os principais pontos jurídicos a serem abordados na análise do caso.

6.4 Elaboração de Provas Objetivas com IA Generativa

As provas objetivas são eficazes para avaliar a assimilação de conteúdo e a aplicação de conhecimentos de forma rápida e padronizada. A IA Generativa pode auxiliar na criação de questões variadas, com diferentes níveis de dificuldade e tipos de alternativas.

Metodologia:

Especifique os tópicos e subtópicos da disciplina que devem ser cobertos pelas questões.

Determine quantas questões são necessárias e quais formatos (múltipla escolha, verdadeiro/falso, associação, completar lacunas).

Indique a proporção de questões fáceis, médias e difíceis, conforme os conceitos do *Manual de Avaliação Emeron, Seção 5.1*.

Peça à IA para fornecer o gabarito e, idealmente, uma breve justificativa para a alternativa correta e para as incorretas (distratores), explicando por que não são a resposta certa.

Ao solicitar questões de múltipla escolha, instrua a IA a criar alternativas incorretas que sejam convincentes, mas claramente distintas da resposta correta, evitando que a avaliação se limite à mera memorização.

Verifique a clareza do enunciado, a ausência de ambiguidades, a correção da alternativa correta e a plausibilidade dos distratores.

Exemplo de Prompt para Elaboração de Provas Objetivas:

"Gere 10 questões de múltipla escolha para uma prova de Direito Civil - Contratos, para alunos de graduação (7º período).

O foco deve ser nos princípios contratuais, vícios redibitórios e evicção.

As questões devem ter 5 alternativas (A, B, C, D, E), sendo apenas uma correta.

Distribua a dificuldade da seguinte forma: 3 fáceis, 5 médias, 2 difíceis.

Para cada questão, inclua a alternativa correta e uma breve justificativa para ela e para cada um dos distratores.

Apresente as questões e as justificativas em formato de lista numerada."

6.5 Elaboração de Provas Discursivas (Subjetivas) com IA Generativa

Provas discursivas permitem avaliar a capacidade do aluno de organizar ideias, argumentar, analisar criticamente e expressar-se por escrito. A IA Generativa pode auxiliar na formulação de questões que instiguem a reflexão e exijam a aplicação aprofundada do conhecimento.

Metodologia:

Determine quais habilidades cognitivas e conhecimentos específicos a questão deve aferir (ex: análise comparativa, problematização, proposição de soluções, interpretação de texto legal).

Oriente a IA sobre o formato da questão (ensaio, análise crítica de um conceito, resolução de um problema hipotético) e o conteúdo a ser abordado.

Embora a IA não avalie, ela pode gerar questões que se alinhem aos critérios de rubricas previamente definidas pelo docente (ex: clareza, fundamentação, originalidade).

Peça à IA para gerar uma resposta modelo ou uma lista de tópicos essenciais que a resposta do aluno deve conter para ser considerada completa e satisfatória. Isso facilitará a correção posterior.

Certifique-se de que a questão seja clara, não dúbia e que o escopo da resposta esperada esteja implícito ou explícito.

Exemplo de Prompt para Elaboração de Prova Discursiva:

"Elabore uma questão dissertativa para uma prova de Direito Administrativo, para alunos de pós-graduação, com foco nos princípios da administração pública.

A questão deve exigir que o aluno discorra sobre a aplicabilidade dos princípios da moralidade e da impessoalidade em casos de nepotismo e apadrinhamento político no serviço público.

A questão deve ter um enunciado de até 100 palavras.

Gere também um modelo de resposta com os principais argumentos e pontos que o aluno deve desenvolver para alcançar a nota máxima, citando exemplos de decisões ou súmulas relevantes, se aplicável."

6.6 Elaboração de Provas Objetivas no Padrão ENAM com IA Generativa

O Exame Nacional da Magistratura (ENAM) possui um formato e requisitos específicos, detalhados no *Manual de Avaliação Emeron, Seção 5.23*. A IA Generativa pode ser uma ferramenta poderosa para simular esse padrão, auxiliando na criação de questões que reproduzam o estilo, a complexidade e o embasamento legal exigidos.

Metodologia:

O prompt deve ser extremamente preciso quanto às características do ENAM:

- Número de Questões: Se a prova completa for simulada, indique 80 questões. Para um segmento, especifique a quantidade.
- Alternativas: Sempre 5 alternativas (A, B, C, D, E) com apenas uma correta.
- Fonte do Conteúdo: Exija que as questões se baseiem em:
 - Enunciados de súmulas (vinculantes ou não) do STF e STJ.
 - Recursos repetitivos (temas e teses firmadas).
 - Entendimento jurisprudencial dominante dos Tribunais Superiores (STF, STJ).
 - Conteúdos programáticos do ENAM (o professor deve fornecer os eixos temáticos ou tópicos).
- Estilo do Enunciado: Peça por enunciados claros, objetivos, sem ambiguidades, e que possam apresentar casos hipotéticos que exijam a aplicação do conhecimento jurídico.
- Plausibilidade dos Distratores: Reforce a necessidade de alternativas incorretas que sejam plausíveis e desafiadoras, refletindo o rigor do ENAM.

Para cada questão, a IA deve fornecer a alternativa correta e a súmula, tese repetitiva ou jurisprudência que a fundamenta (gabarito).

Devido à natureza e importância do ENAM, a revisão do docente deve ser exaustiva, garantindo a total conformidade com o padrão, a correção jurídica e a atualização das informações. Verifique se as súmulas e jurisprudências citadas estão corretas e se o entendimento é realmente dominante.

Exemplo de Prompt para Elaboração de Provas no Padrão ENAM:

"Gere 5 questões de múltipla escolha para um simulado do Exame Nacional da Magistratura (ENAM).

Cada questão deve ter 5 alternativas (A, B, C, D, E), com apenas uma correta.

As questões devem ser baseadas em:

1. Enunciados de súmulas (vinculantes ou não) do STF ou STJ.
2. Recursos repetitivos ou teses firmadas em sede de repetitivos.

3. Entendimento jurisprudencial dominante dos Tribunais Superiores.

Os temas devem ser de Direito Processual Civil, especificamente sobre "Tutela Provisória" e "Recursos Especiais/Extraordinários".

As questões devem apresentar casos hipotéticos ou situações-problema que exijam a aplicação do conhecimento jurídico.

Para cada questão, forneça:

1. O enunciado da questão.
2. As 5 alternativas.
3. A alternativa correta.
4. A súmula, o tema repetitivo ou a jurisprudência que fundamenta a resposta correta, com breve citação ou referência.

Certifique-se de que as alternativas incorretas sejam plausíveis, mas distinguíveis da resposta correta."

Para complementar as orientações sobre o uso da IA Generativa, apresentamos um novo subtópico focado na criação de padrões de resposta para as questões, ferramenta essencial para o docente na correção e, sobretudo, na devolutiva pedagógica aos discentes.

6.7 Criação de Padrões de Resposta Detalhados com IA Generativa

A elaboração de um padrão de resposta detalhado é fundamental para garantir a consistência na correção das avaliações e para oferecer um *feedback* claro e construtivo aos alunos. Com a IA Generativa, os docentes podem criar gabaritos e modelos de resposta que não apenas indicam a alternativa correta ou a resposta esperada, mas também explicitam o raciocínio jurídico, a fundamentação legal e as referências a entendimentos de tribunais superiores, bem como o porquê das alternativas incorretas. Isso transforma o padrão de resposta em uma valiosa ferramenta de aprendizado.

Metodologia:

Forneça à IA a questão completa (seja ela objetiva ou discursiva) para a qual se deseja gerar o padrão de resposta. Inclua o enunciado, as alternativas (se for objetiva) e, se possível, os objetivos de aprendizagem que a questão visa avaliar.

Oriente a IA para incluir os seguintes componentes, essenciais para uma análise jurídica completa:

- Fundamentação Legal: Artigos de lei, decretos, portarias ou outros diplomas normativos relevantes para a resposta.
- Referência a Entendimento de Tribunal Superior: Súmulas (vinculantes ou não) do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), teses firmadas em recursos repetitivos, ou jurisprudência dominante pertinente ao tema.
- Raciocínio do Fundamento: Uma explicação clara de como a legislação e/ou o entendimento jurisprudencial se aplicam à situação apresentada na questão, detalhando a lógica jurídica por trás da resposta.
- Explicação da Alternativa Correta (para questões objetivas): Uma justificativa explícita do porquê a alternativa escolhida é a correta, conectando-a diretamente à fundamentação legal e ao raciocínio jurídico.
- Explicação das Alternativas Incorretas (para questões objetivas): Para cada distrator, uma breve análise que explique por que a alternativa está incorreta, esclarecendo possíveis equívocos conceituais ou lógicos.

Indique a profundidade desejada para as explicações e o formato de apresentação (texto corrido, bullet points, tabela, etc.).

O padrão de resposta gerado pela IA deve ser cuidadosamente revisado pelo docente. Verifique a precisão das informações jurídicas (artigos, súmulas, teses), a clareza das explicações, a adequação da linguagem e a completude do raciocínio. Este é um momento crucial para aprimorar a qualidade do *feedback* que será oferecido ao aluno.

Exemplo de Prompt para Criação de Padrão de Resposta (para Questão Objetiva no Padrão ENAM):

Imagine que a questão objetiva gerada anteriormente sobre nepotismo seja a seguinte:

"Um servidor público municipal, em cargo de confiança, nomeia seu irmão para outro cargo em comissão na mesma estrutura administrativa. Essa conduta, à luz do entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, configura: a) legalidade, desde que comprovada a qualificação técnica do nomeado. b) ofensa aos princípios da

moralidade e impessoalidade, caracterizando nepotismo. c) discricionariedade administrativa, não havendo vedação expressa na Constituição. d) ato válido, se não houver relação de subordinação direta entre os irmãos. e) improbidade administrativa, sem prejuízo da legalidade do ato de nomeação."

Prompt para o Padrão de Resposta:

"Para a seguinte questão objetiva no padrão ENAM, crie um padrão de resposta detalhado que inclua:

- A alternativa correta.
- A fundamentação legal.
- A referência a entendimento de Tribunal Superior.
- O raciocínio do fundamento.
- Uma explicação para cada uma das alternativas (correta e incorretas), detalhando por que são certas ou erradas.

****Questão:**** "Um servidor público municipal, em cargo de confiança, nomeia seu irmão para outro cargo em comissão na mesma estrutura administrativa. Essa conduta, à luz do entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, configura:

- a) legalidade, desde que comprovada a qualificação técnica do nomeado.
- b) ofensa aos princípios da moralidade e impessoalidade, caracterizando nepotismo.
- c) discricionariedade administrativa, não havendo vedação expressa na Constituição.
- d) ato válido, se não houver relação de subordinação direta entre os irmãos.
- e) improbidade administrativa, sem prejuízo da legalidade do ato de nomeação."

Exemplo de Padrão de Resposta Gerado (e revisado pelo docente):

Alternativa Correta: b) ofensa aos princípios da moralidade e impessoalidade, caracterizando nepotismo.

Fundamentação Legal: A conduta em questão viola os princípios da moralidade e impessoalidade, previstos no *Art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988*, que regem a Administração Pública.

Referência a Entendimento de Tribunal Superior: O Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento sobre nepotismo na *Súmula Vinculante nº 13*, que dispõe: "A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da

mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal."

Raciocínio do Fundamento: A Súmula Vinculante nº 13 do STF estabelece uma vedação clara ao nepotismo, decorrente dos princípios constitucionais da moralidade e impessoalidade. A nomeação de parente em cargo em comissão ou de confiança, na forma descrita na questão, configura nepotismo por si só, independentemente da qualificação do nomeado ou da existência de subordinação direta, pois o foco da vedação é evitar o uso da máquina pública para favorecimento pessoal ou familiar.

Explicação das Alternativas:

a) legalidade, desde que comprovada a qualificação técnica do nomeado.

Incorreta. A qualificação técnica, embora desejável para qualquer cargo público, não afasta a configuração do nepotismo e, portanto, a ilegalidade da nomeação, conforme o entendimento da Súmula Vinculante nº 13. O cerne da vedação é o vínculo de parentesco e não a capacidade individual.

b) ofensa aos princípios da moralidade e impessoalidade, caracterizando nepotismo.

Correta. Esta alternativa espelha fielmente o entendimento do STF, conforme a Súmula Vinculante nº 13. A nomeação de parente para cargo de confiança na mesma estrutura administrativa viola os princípios da moralidade e da impessoalidade que devem reger a Administração Pública.

c) discricionariedade administrativa, não havendo vedação expressa na Constituição.

Incorreta. A nomeação para cargos em comissão possui, de fato, um grau de discricionariedade. No entanto, essa discricionariedade é limitada pelos princípios constitucionais. Além disso, embora não haja uma vedação *expressa e literal* ao nepotismo no texto da Constituição, o STF, por meio da Súmula Vinculante nº 13, pacificou o entendimento de que o nepotismo decorre da violação direta dos princípios da moralidade e impessoalidade (Art. 37, *caput*, da CF/88), configurando uma vedação implícita, mas com força normativa expressa pela súmula.

d) ato válido, se não houver relação de subordinação direta entre os irmãos.

Incorreta. A vedação ao nepotismo, conforme a Súmula Vinculante nº 13, independe de haver ou não relação de subordinação direta entre os nomeados. O que importa é o vínculo de parentesco com a autoridade nomeante ou com outro servidor em cargo de direção, chefia ou assessoramento na mesma pessoa jurídica.

e) improbidade administrativa, sem prejuízo da legalidade do ato de nomeação.

Incorreta em parte. Embora o nepotismo possa, de fato, configurar ato de improbidade administrativa por violar princípios da Administração Pública (*Art. 11 da Lei nº 8.429/92*), a questão pergunta especificamente sobre o que a conduta *configura à luz do entendimento sumulado do STF*. A Súmula Vinculante nº 13 trata diretamente da violação constitucional dos princípios da moralidade e impessoalidade e da caracterização do nepotismo como tal. Além disso, o ato de nomeação, por caracterizar nepotismo, é *ilegal* e, portanto, *inválido*, e não legal como sugerido pela alternativa.

7 DEVOLUTIVA (FEEDBACK)

A devolutiva ou feedback é uma etapa essencial do processo avaliativo, pois possibilita que o aluno compreenda seus pontos fortes e áreas a melhorar, promovendo um aprendizado mais significativo e autônomo. Para sua aplicação com segurança após as avaliações, é importante seguir modelos estruturados, claros e construtivos, adaptados às necessidades específicas dos estudantes e às características de cada instrumento de avaliação.

7.1 Dicas Gerais para Aplicar Devolutiva

- **Seja Específico:** Evite comentários vagos como “bom trabalho” ou “precisa melhorar.” Detalhe os pontos positivos e negativos.
- **Dê Espaço para Discussão:** Permita que o aluno faça perguntas ou responda a devolutiva para melhor compreensão.
- **Evite Julgamentos Pessoais:** Foque no desempenho, não na pessoa, para manter um ambiente positivo.
- **Use Linguagem Construtiva:** Substitua críticas como “errado” por sugestões como “pode melhorar ao fazer X.”

7.2 Formatos de Devolutivas:

7.2.1 Devolutiva em Três Etapas

Este modelo é simples e eficaz, proporcionando uma visão completa do desempenho do aluno:

Reconheça os Acertos: Comece destacando os pontos positivos do trabalho ou desempenho.

Exemplo: “Você demonstrou uma excelente capacidade de articular argumentos jurídicos na análise do caso. Sua organização e estrutura do texto foram claras e assertivas.”

Identifique Áreas de Melhoria: Aponte aspectos que precisam ser aprimorados, sempre acompanhados de sugestões práticas.

Exemplo: “Sugiro que aprofunde sua análise das jurisprudências aplicadas, explorando outras decisões relevantes que poderiam complementar sua argumentação.”

Oriente os Próximos Passos: Indique como o aluno pode progredir e aplique o aprendizado em situações futuras.

Exemplo: “Na próxima avaliação, procure aplicar de forma mais detalhada a jurisprudência no contexto prático do caso, relacionando-a de maneira mais direta aos fatos apresentados.”

7.2.2 Devolutiva Sanduíche (Positivo-Crítico-Positivo)

Este modelo envolve intercalar críticas construtivas entre mensagens positivas, ajudando a manter a motivação do aluno.

Parte Positiva: Destaque um ponto forte.

Exemplo: “Você demonstrou uma forte habilidade em identificar os principais problemas do caso e expôs o raciocínio de forma lógica.”

Parte Crítica: Aponte uma área que precisa de revisão, sempre de forma específica e construtiva.

Exemplo: “No entanto, percebi que houve dificuldade em alinhar os fundamentos jurídicos com a resolução do caso. Sugiro que você revise a abordagem sobre os critérios de proporcionalidade utilizados na fundamentação.”

Parte Positiva: Finalize reforçando a confiança do aluno.

Exemplo: “De qualquer forma, seus argumentos têm grande potencial para evolução, e acredito que, com mais prática, você alcançará um nível ainda mais alto em suas análises.”

7.2.3 Devolutiva Dialogada

Este modelo é especialmente útil para avaliações de atividades práticas, como apresentações ou trabalhos em grupo. Estructure a devolutiva de forma interativa:

Faça Perguntas Reflexivas

Exemplo: “Na sua apresentação, você identificou bem os principais aspectos do caso. Como acha que poderia aprofundar o argumento sobre aplicação da jurisprudência?”

Exemplo: “Quais dificuldades você enfrentou ao trabalhar com os conceitos de interdisciplinaridade nesta atividade?”

Ofereça Comentários Diretos e Específicos

Exemplo: “Notei que sua pesquisa foi detalhada, mas seria interessante apresentar exemplos concretos do impacto prático das decisões analisadas.”

Finalize com uma Perspectiva de Aprendizado

Exemplo: “Sua apresentação foi muito boa! Com mais atenção à aplicação do conceito que discutimos, você poderá ampliar sua contribuição ainda mais.”

7.2.4 Devolutiva com Autoavaliação

Combine a devolutiva com a autoavaliação do próprio aluno para reforçar sua autonomia e reflexividade:

Solicite a Autoavaliação do Aluno

Exemplo: “Antes de eu fornecer meu feedback, gostaria de saber: como você avalia sua participação nesta avaliação ou trabalho? Quais pontos você acredita que estão mais fortes e quais precisam de ajuste?”

Correlacione a Devolutiva ao que o Aluno Identificou

Exemplo: “Eu concordo com sua percepção sobre a necessidade de maior profundidade na fundamentação jurídica. Minha sugestão é reforçar sua análise com exemplos diretos de jurisprudência.”

Reconheça o Processo Reflexivo do Aluno

Exemplo: “Sua capacidade de identificar suas próprias áreas de melhoria é um grande passo para seu crescimento acadêmico e profissional. Continue assim!”

7.2.5 Devolutiva para Avaliações em Grupos

Específico para trabalhos ou projetos em grupo, a devolutiva deve reconhecer as contribuições coletivas e individuais. Estruture assim:

Devolutiva ao Grupo

Exemplo: “O grupo demonstrou uma excelente capacidade de trabalhar de forma colaborativa. A divisão de tarefas foi clara, e isso refletiu na consistência das ideias apresentadas.”

Devolutiva Individualizada

Exemplo: “Maria, sua introdução foi muito bem estruturada, mas seria interessante articular melhor sua fala com as contribuições de outros integrantes.”

Exemplo: “João, sua análise foi precisa e fundamentada, mas você poderia desenvolver melhor as conexões entre os conceitos teóricos e os casos práticos.”

7.2.6 Devolutiva para Provas e Trabalhos Escritos

Para avaliações objetivas e discursivas, a devolutiva pode ser estruturada por seções:

Comente o Rendimento Geral

Exemplo: “De forma geral, sua prova demonstrou uma boa compreensão dos conceitos trabalhados durante as aulas.”

Destaque os Pontos Fortes por Questão

Exemplo: “Questão 1: Sua resposta demonstrou que você compreendeu bem o conceito de precedentes judiciais.”

Aponte Erros Específicos e Sugira Melhoria

Exemplo: “Questão 3: Apesar de abordar um caso relevante na resposta, faltou relacioná-lo diretamente com a legislação aplicável. Sugiro que revise o artigo correspondente para maior apoio jurídico.”

Perspectiva Final

Exemplo: “Você apresentou progresso desde a última avaliação. Continue focando em conectar teoria e prática para melhorar ainda mais.”

7.2.7 Devolutiva Baseada em Rubricas

A devolutiva pode ser realizada com base nos critérios previamente definidos pelo professor para a avaliação. Estruture usando as dimensões avaliadas:

Critério 1 – Clareza do Conteúdo (Peso: 40%)

Feedback positivo: “A estrutura do seu texto é bem organizada, o que facilita a compreensão por parte do leitor.”

Ponto de melhoria: “Poderia acrescentar uma conclusão mais robusta que sintetize os principais argumentos apresentados.”

Critério 2 – Domínio Técnico (Peso: 30%)

Feedback positivo: “Demonstrou conhecimento substancial sobre os tópicos propostos na disciplina.”

Ponto de melhoria: “Sugiro uma maior precisão nas citações legais. Evite generalizações ao interpretar regras ou doutrinas.”

Critério 3 – Argumentação Crítica (Peso: 30%)

Feedback positivo: “Suas reflexões foram bem desenvolvidas e conectadas com os aspectos práticos do tema.”

Ponto de melhoria: “Seria interessante contrapor o argumento apresentado com outras correntes teóricas para enriquecer a argumentação.”

8 RUBRICAS OU CRITÉRIOS AVALIATIVOS

Rubricas são ferramentas que ajudam na avaliação ao fornecer critérios claros e detalhados para a distribuição de notas ou para a análise de desempenho dos estudantes. Uma rubrica é, essencialmente, uma matriz que descreve os critérios avaliativos e níveis de desempenho que serão considerados na avaliação de uma atividade ou tarefa, como uma prova, trabalho escrito, apresentação oral, projeto, entre outros.

Ela vai além da simples divisão de notas, pois detalha o que se espera do aluno em cada critério para um determinado nível de qualidade. Uma rubrica bem elaborada torna a avaliação mais transparente, imparcial e objetiva, tanto para o professor quanto para os alunos.

8.1 Estrutura de uma Rubrica

Uma rubrica é geralmente organizada em uma tabela com três principais componentes:

Critérios de Avaliação:

São os aspectos que serão avaliados na atividade. Por exemplo, em um trabalho escrito, os critérios podem incluir “clareza do conteúdo”, “coerência argumentativa”, “uso das normas gramaticais” e “aplicação prática dos conceitos teóricos”.

Níveis de Desempenho:

Correspondem aos diferentes graus de qualidade com que cada critério pode ser atendido. Esses níveis são geralmente categorizados, por exemplo: excelente, bom, satisfatório, insuficiente ou usando escalas numéricas (1 a 5, 1 a 10, etc.).

Descritores:

São descrições específicas que explicam o que se espera em cada nível de desempenho para cada critério. Isso ajuda a esclarecer os padrões da avaliação.

8.2 Vantagens do Uso de Rubricas

- **Transparência:** Os alunos sabem exatamente o que será avaliado e como sua nota será distribuída.
- **Objetividade e Consistência:** Reduz subjetividades no julgamento, garantindo avaliações mais justas.
- **Feedback Detalhado:** Os descritores já oferecem ao estudante um panorama claro de seu desempenho, o que facilita a reflexão e o aperfeiçoamento.
- **Facilidade para os Professores:** A academia avalia com mais eficiência, já que as expectativas estão claras desde o início.
- **Coerência entre Avaliadores:** Em caso de avaliações em grupo ou entre diferentes professores, as rubricas padronizam o entendimento dos critérios.

8.3 Como Elaborar uma Rubrica

- **Defina os Critérios:** Liste os aspectos mais importantes que precisam ser avaliados em uma tarefa.

Exemplo: “Domínio do Tema”, “Clareza”, “Originalidade”, “Estrutura do Trabalho”.

- Determine os Níveis de Desempenho: Nomeie ou classifique os diferentes níveis de qualidade.

Exemplo: de 1 a 5, ou “Excelente”, “Bom”, “Satisfatório”, “Insuficiente”.

- Descreva os Desempenhos em Cada Critério: Escreva descritores claros e objetivos que indiquem o que significa um desempenho em um determinado nível.
- Atribua Pesos (se necessário): Caso algum critério tenha mais importância que outro, ajuste os pesos.

Exemplo: Se "Domínio do Tema" é mais relevante, pode valer 50% da nota, enquanto "Postura" vale 20%.

8.4 Exemplo de rubrica para a avaliação de uma apresentação oral:

Critérios	Excelente (10-9)	Bom (8-7)	Satisfatório (6-5)	Insuficiente (4-0)
Clareza do Conteúdo	Ideias muito bem organizadas e explícitas, fáceis de compreender.	Ideias organizadas, com alguns pontos um pouco vagos, mas compreensíveis.	Ideias pouco organizadas, o que dificulta a compreensão parcial do conteúdo.	Ideias confusas e desorganizadas, dificultando a compreensão.
Domínio do Tema	Demonstrou conhecimento profundo do tema e domínio das informações.	Demonstrou conhecimento satisfatório do tema, com alguns deslizes.	Conhecimento limitado, com dificuldades em se aprofundar no tema.	Demonstrou pouco ou nenhum conhecimento sobre o tema.
Comunicação e Postura	Exposição confiante, linguagem apropriada e postura profissional.	Exposição confiante, mas com poucos ajustes necessários na linguagem ou postura.	Linguagem ou postura inadequados em partes significativas da apresentação.	Exposição com dificuldades claras e pouca adequação na linguagem ou postura.

Fonte: gerado por [ChatGPT] em 29/08/2025.

8.5 Exemplo de rubrica para a avaliação para avaliar trabalhos escritos, como artigos, resenhas, relatórios ou outros textos acadêmicos.

Essa rubrica pode ser adaptada conforme a disciplina, os objetivos do trabalho e as competências que se deseja avaliar.

Critério	Excelente (10-9)	Bom (8-7)	Satisfatório (6-5)	Insuficiente (4-0)
1. Clareza e Organização do Texto	Ideias muito bem estruturadas e organizadas, com introdução, desenvolvimento e conclusão claros e coesos. O texto flui de maneira lógica e fácil de compreender.	Ideias bem estruturadas, com introdução, desenvolvimento e conclusão definidos, mas com pequenas falhas ou repetições que afetam levemente a fluidez.	Estrutura básica presente, mas algumas ideias estão desconexas ou mal desenvolvidas, dificultando a compreensão em alguns trechos.	O texto apresenta falta de organização, ideias vagas e/ou desconexas, comprometendo seriamente a clareza e a coesão.
2. Domínio do Conteúdo	Abordagem profunda e completa do tema, demonstrando excelente domínio do conteúdo, com embasamento teórico adequado e uso pertinente de fontes acadêmicas.	Abordagem satisfatória do tema, com domínio geral do conteúdo e bom uso de fontes, embora com algumas lacunas ou pouca profundidade em certos pontos.	Abordagem limitada do tema, com lacunas significativas na apresentação do conteúdo ou pouca utilização de fontes relevantes.	Falta de compreensão evidente do tema e escassa ou nenhuma utilização de embasamento teórico e referências apropriadas.
3. Argumentação Crítica e Originalidade	Apresenta argumentos bem elaborados, críticos e originais, com forte fundamentação e desenvolvimento de ideias próprias e inovadoras.	Argumentação clara e relevante, mas com originalidade limitada ou pouca profundidade nas análises críticas.	Argumentos simplificados, com pouca análise crítica e/ou dependência excessiva de ideias reproduzidas sem reflexão aprofundada.	Ausência de argumentação crítica ou originalidade, apresentando apenas repetição de conteúdos já conhecidos, sem reflexão própria.
4. Uso da Linguagem e Normas Gramaticais	Linguagem formal, clara e apropriada ao gênero acadêmico, com pouquíssimos ou nenhum erro gramatical ou ortográfico.	Linguagem adequada, apresentando erros gramaticais ou ortográficos esporádicos que não comprometem a compreensão do texto.	Linguagem simples, com erros gramaticais ou ortográficos significativos que dificultam parcialmente a leitura ou a compreensão.	Linguagem inadequada ao gênero acadêmico, com muitos erros que comprometem a clareza e a qualidade do texto.
5. Referências e Normas Técnicas	Referências completas e formatadas de acordo com as normas exigidas (ABNT). Fontes são variadas, acadêmicas e pertinentes ao tema.	Referências consistentes e em grande parte formatadas corretamente, com pouca variedade de fontes ou pequenos erros	Referências insuficientes, formatadas de maneira inadequada ou com fontes genéricas/pouco acadêmicas.	Falta de referências, incorreção generalizada nas normas técnicas ou fontes irrelevantes ou inadequadas ao trabalho.

Critério	Excelente (10-9)	Bom (8-7)	Satisfatório (6-5)	Insuficiente (4-0)
		nas normas técnicas.		

Fonte: gerado por [ChatGPT] em 29/08/2025.

Totalizando a Nota

Peso dos Critérios: Caso alguns critérios sejam mais importantes para o objetivo do trabalho, é possível atribuir pesos diferenciados:

Clareza e Organização do Texto: 20%

Domínio do Conteúdo: 30%

Argumentação Crítica e Originalidade: 25%

Uso da Linguagem e Normas Gramaticais: 15%

Referências e Normas Técnicas: 10%

Cálculo da Nota Final: Multiplique a nota obtida em cada critério pelo respectivo peso e some os valores para chegar ao total.

Clareza e Organização do Texto: 8 (peso 20%) $\rightarrow 8 \times 0,2 = 1,6$

9 FALTAS NAS AVALIAÇÕES E RECURSOS

Em caso de falta a uma das avaliações nas disciplinas, o aluno poderá, com a devida justificativa, requerer ao Coordenador do Curso a aplicação da segunda chamada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da aplicação da prova.

O aluno, mediante requerimento devidamente fundamentado ao Coordenador do Curso, poderá solicitar revisão das avaliações escritas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a entrega da prova corrigida.

Admitida a revisão de prova, o Coordenador de Curso designará 2 (dois) docentes para avaliação, os quais manterão ou modificarão a nota, apresentando as razões da decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, da qual não caberá recurso.

O aluno terá direito à vista de todos os instrumentos avaliativos durante o processo regular.

O professor aplicará avaliação substitutiva ao aluno que não alcançar a nota mínima na disciplina para aprovação, com a pontuação mínima exigida de 7,0 (sete), desconsiderada a média anterior.

Não será permitida segunda chamada e/ou pedido de revisão da prova substitutiva, sob qualquer alegação.

10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC

Considerando as características do Curso e em conformidade com a Resolução CNJ nº 75, de 12/05/2009, para o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura – EDCM, é obrigatória a apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, que consistirá na elaboração de monografia, desenvolvida pelo(a) aluno(a), sob a orientação acordada entre ele(a) e o(a) docente, escolhido entre os professores do curso.

A elaboração do TCC deverá obedecer às normas dispostas no Manual de Padronização para Trabalhos Acadêmicos da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia.

Durante o curso, os(as) alunos(as) participarão de Seminários de Pesquisa Científica e semanas de apresentação de bancas, organizados pelo(a) docente responsável pela Metodologia da Pesquisa e Orientação de Monografia, conforme definido no cronograma acadêmico.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso das demais pós-graduações seguirão o disposto nos projetos pedagógicos de cada curso, podendo assumir formatos distintos, como artigos científicos ou projetos de intervenção, dependendo da especificidade de cada programa.

10.1 A Relevância da Orientação no Processo de Construção do Trabalho de Conclusão de Curso

A jornada de elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma etapa fundamental na formação acadêmica, exigindo do aluno não apenas dedicação e pesquisa, mas também uma profunda compreensão dos requisitos científicos e metodológicos. Nesse cenário, o papel do orientador é absolutamente crucial e insubstituível, funcionando como um pilar de apoio e guia para o aluno-aprendiz e orientando.

A orientação vai além de revisões pontuais ou correções específicas, representando um processo contínuo de mentoria acadêmica que busca garantir a

viabilidade e a qualidade do projeto de pesquisa. O orientador desempenha diferentes papéis fundamentais, como:

1. **Guia Metodológico e Científico:** Desde a fase inicial de escolha do tema e delimitação do problema de pesquisa, o orientador técnico e metodológico oferece o conhecimento e a experiência necessários para que o aluno construa um projeto sólido e execute a pesquisa de forma rigorosa. É ele quem baliza a aplicação das normas acadêmicas, a escolha das fontes e a construção da argumentação.
2. **Facilitador do Aprendizado:** O processo de TCC é uma oportunidade ímpar para o aluno desenvolver autonomia, pensamento crítico e habilidades de pesquisa. O orientador catalisa esse desenvolvimento, transformando desafios em momentos de aprendizado, estimulando a reflexão e a busca por soluções.
3. **Mediador de Desafios:** Inerente à produção de um trabalho de tamanha envergadura, surgem dúvidas, impasses e até mesmo frustrações. O orientador oferece o suporte necessário para que o aluno não desista, ajudando a superar obstáculos, redirecionar a pesquisa quando necessário e manter o foco na conclusão. Sua experiência antecipa problemas e oferece caminhos.
4. **Garantidor de Qualidade:** O acompanhamento próximo do orientador é a primeira e mais importante etapa para garantir que o TCC atenda aos padrões de excelência acadêmica. Ele assegura que o trabalho não seja encaminhado à banca examinadora com falhas graves ou incompleto, zelando pela integridade do processo formativo e pela reputação do trabalho final.

A presença ativa e qualificada do orientador é um fator determinante não só para a elaboração de um TCC bem estruturado e com profundidade de conteúdo, mas também para o sucesso do aluno na conclusão dessa etapa tão significativa.

10.2 Diretrizes para assegurar a uniformidade no processo de avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso:

- **Aprovação Prévia em Metodologia:** Apenas os(as) alunos(as) aprovados na disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica poderão dar continuidade à elaboração do TCC.

- **Requisitos para Submissão à Banca:** Somente poderão defender o TCC aqueles alunos(as) que obtiverem aprovação em todas as disciplinas, tanto em nota quanto em frequência.
- **Orientação e Coorientação:** A orientação ou coorientação poderá ser realizada por membros externos, desde que sem ônus para a EMERON. A coorientação exige a anuência prévia do orientador principal.
- **Acompanhamento Contínuo do Orientador:** A orientação do aluno pelos orientadores técnico e metodológico deverá acompanhar o desenvolvimento dos TCCs desde o início do trabalho, observando os critérios exigidos.
- **Encaminhamento para a Banca:** O orientador deverá encaminhar o aluno à banca somente após verificar que o TCC está completo e devidamente estruturado.
- **Prorrogação de Prazo:** casos excepcionais deverão ser encaminhados por meio de requerimento, com devidas justificativas e documentação pertinente para análise e deliberações da Direção da Emeron.
- **Ficha de Encaminhamento:** O aluno deverá ser encaminhado para a apresentação da banca pelo orientador com a devida assinatura da Ficha de Encaminhamento para a Banca Examinadora.
- **A composição da nota final do TCC:** Será realizada pelos três membros da banca examinadora, que atribuirão notas individuais ao trabalho. Essas notas serão somadas e divididas por três para o cálculo da média final. É necessário que o aluno atinja, no mínimo, média 7,0 (sete) para ser aprovado, conforme registrado na Ata de Apresentação da Monografia.
- **Reprovação na Banca:** Ocorrendo a reprovação no TCC, o aluno deverá submeter-se a novo processo seletivo, refazendo a disciplina de metodologia e orientação, com o aproveitamento das disciplinas do curso nos termos do Regimento Interno.
- **Irreversibilidade da Aprovação:** Após a aprovação pela banca examinadora, com a assinatura da Ata, não será possível realizar alterações nas notas ou na decisão de aprovação.
- **Entrega da Versão Final do TCC:** Após a aprovação, o(a) aluno(a) terá o prazo de 30 dias para entregar a versão final da monografia em formato digital à Biblioteca da EMERON, que emitirá a Certidão de Entrega da Monografia.

Esse documento deverá ser apresentado à Divisão de Registros e Controle Acadêmico para a emissão do certificado de conclusão do curso.

- **Publicação dos Melhores Trabalhos:** Os melhores trabalhos serão selecionados para publicação pelo Centro de Pesquisa, Inovação e Publicação Acadêmica (CEPEP).
- **Análise de Plágio:** Todos os TCCs serão submetidos a ferramentas de detecção de plágio.

10.3 Rubrica para Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso

10.3.1 Trabalho Escrito (6,0 pontos)

Critério	Excelente (1-0,9 ponto)	Bom (0,8-0,7 pontos)	Satisfatório (0,6 pontos)	Insuficiente (0,5-0 pontos)
1. Clareza e Organização do Texto	Ideias muito bem estruturadas e organizadas, com introdução, desenvolvimento e conclusão claros e coesos. O texto flui de maneira lógica e fácil de compreender.	Ideias bem estruturadas, com introdução, desenvolvimento e conclusão definidos, mas com pequenas falhas ou repetições que afetam levemente a fluidez.	Estrutura básica presente, mas algumas ideias estão desconexas ou mal desenvolvidas, dificultando a compreensão em alguns trechos.	O texto apresenta falta de organização, ideias vagas e/ou desconexas, comprometendo seriamente a clareza e a coesão.
2. Domínio do Conteúdo	Abordagem profunda e completa do tema, demonstrando excelente domínio do conteúdo, com embasamento teórico adequado e uso pertinente de fontes acadêmicas.	Abordagem satisfatória do tema, com domínio geral do conteúdo e bom uso de fontes, embora com algumas lacunas ou pouca profundidade em certos pontos.	Abordagem limitada do tema, com lacunas significativas na apresentação do conteúdo ou pouca utilização de fontes relevantes.	Falta de compreensão evidente do tema e escassa ou nenhuma utilização de embasamento teórico e referências apropriadas.

3. Argumentação Crítica e Originalidade	Apresenta argumentos bem elaborados, críticos e originais, com forte fundamentação e desenvolvimento de ideias próprias e inovadoras.	Argumentação clara e relevante, mas com originalidade limitada ou pouca profundidade nas análises críticas.	Argumentos simplificados, com pouca análise crítica e/ou dependência excessiva de ideias reproduzidas sem reflexão aprofundada.	Ausência de argumentação crítica ou originalidade, apresentando apenas repetição de conteúdos já conhecidos, sem reflexão própria.
4. Uso da Linguagem e Normas Gramaticais e Ortográficas	Linguagem formal, clara e apropriada ao gênero acadêmico, com pouquíssimos ou nenhum erro gramatical ou ortográfico.	Linguagem adequada, apresentando erros gramaticais ou ortográficos esporádicos que não comprometem a compreensão do texto.	Linguagem simples, com erros gramaticais ou ortográficos significativos que dificultam parcialmente a leitura ou a compreensão.	Linguagem inadequada ao gênero acadêmico, com muitos erros que comprometem a clareza e a qualidade do texto.
5. Referências e Normas Técnicas	Referências completas e formatadas de acordo com as normas exigidas (ABNT). Fontes são variadas, acadêmicas e pertinentes ao tema.	Referências consistentes e em grande parte formatadas corretamente, com pouca variedade de fontes ou pequenos erros nas normas técnicas.	Referências insuficientes, formatadas de maneira inadequada ou com fontes genéricas/pouco acadêmicas.	Falta de referências, incorreção generalizada nas normas técnicas ou fontes irrelevantes ou inadequadas ao trabalho.

Total Trabalho Escrito: Máximo de 6,0 pontos.

10.3.2 Apresentação em Banca (4,0 pontos)

Critério	Excelente	Bom	Satisfatório	Insuficiente
----------	-----------	-----	--------------	--------------

<p>1. Comunicação Oral (Peso: 0,8 ponto)</p>	<p>Clareza, fluência e objetividade impecáveis na exposição das ideias. Linguagem precisa e envolvente. (0,8 ponto)</p>	<p>Boa clareza e fluência, com objetividade na exposição. Pequenas hesitações ou uso de linguagem menos precisa, mas que não comprometem a compreensão. (0,6 pontos)</p>	<p>Alguma clareza e fluência, mas com momentos de hesitação, desorganização na fala ou repetições. A compreensão pode ser parcialmente dificultada. (0,4 pontos)</p>	<p>Falta de clareza, fluência e objetividade. Dificuldade severa na comunicação das ideias, tornando a compreensão muito difícil. (0,2 pontos)</p>
<p>2. Domínio do Conteúdo (Peso: 1,2 pontos)</p>	<p>Demonstra excelente e profundo conhecimento do tema, respondendo a todas as perguntas da banca com precisão, segurança e elaboração. (1,2 pontos)</p>	<p>Bom conhecimento do tema, respondendo à maioria das perguntas da banca com clareza. Pequenas lacunas ou hesitações em algumas respostas. (0,9 pontos)</p>	<p>Conhecimento básico do tema, com dificuldade em aprofundar ou responder a algumas perguntas. Respostas superficiais ou incompletas. (0,7 pontos)</p>	<p>Demonstra pouco ou nenhum domínio do conteúdo. Não consegue responder adequadamente às perguntas da banca. (0,5 pontos)</p>
<p>3. Recursos Visuais (Peso: 0,4 pontos)</p>	<p>Uso exemplar de slides ou outros recursos visuais, que são claros, bem organizados, esteticamente agradáveis e contribuem significativamente para a compreensão da apresentação. (0,4 pontos)</p>	<p>Uso adequado de recursos visuais, que apoiam a apresentação. Pequenos deslizes na organização ou estética, mas que não prejudicam o apoio. (0,3 pontos)</p>	<p>Recursos visuais presentes, mas com falhas na organização, clareza ou estética. Pouco contribuem para a apresentação ou podem distrair. (0,2 pontos)</p>	<p>Recursos visuais inadequados, mal elaborados, confusos ou ausentes, prejudicando a apresentação. (0,1-0 pontos)</p>
<p>4. Organização e Tempo (Peso: 0,8 ponto)</p>	<p>Apresentação com estrutura lógica impecável, seguindo um roteiro claro e respeitando rigorosamente o tempo estipulado. (0,8 ponto)</p>	<p>Apresentação bem organizada, com boa estrutura lógica. O tempo é respeitado com pequenas variações que não prejudicam o cronograma geral. (0,6 pontos)</p>	<p>Apresentação com alguma organização, mas com momentos de desvio ou dificuldade em manter o fluxo. Excede ou fica aquém do tempo de forma perceptível. (0,4 pontos)</p>	<p>Apresentação desorganizada, sem estrutura lógica clara. Excede ou fica aquém do tempo de forma significativa, prejudicando o cronograma. (0,2-0 pontos)</p>

5. Postura e Segurança (Peso: 0,8 ponto)	Postura profissional exemplar, demonstra segurança, confiança e tranquilidade ao interagir com a banca. (0,8 ponto)	Postura profissional adequada, demonstra segurança e confiança, com leves sinais de nervosismo que não afetam a performance. (0,6 pontos)	Postura razoável, com momentos de nervosismo ou insegurança que podem afetar a interação ou a clareza. (0,4 pontos)	Postura inadequada ou demonstra grande insegurança e nervosismo, comprometendo a apresentação e a interação com a banca. (0,2-0 pontos)
---	---	---	---	---

Total Apresentação em Banca: Máximo de 4,0 pontos.

10.3.3 Resumo da Avaliação e Pontuação Total

Aspecto Avaliado	Pontuação Máxima	Nota Obtida
Trabalho Escrito	6,0	
Apresentação em Banca	4,0	
Total Geral	10,0 pontos	

11 OUTROS FORMATOS DE AVALIAÇÃO REALIZADOS NA EMERON

Com o objetivo de aprimorar a ação educacional, o desempenho dos formadores e as práticas institucionais, a Comissão Própria de Avaliação realizará as seguintes avaliações:

11.1 Avaliação de Reação

Será aferida a satisfação discente quanto ao desenvolvimento da disciplina, docente e ambiente de ensino em períodos definidos pela coordenação ou conforme necessidade. A avaliação de reação considerará os seguintes aspectos:

- Qualidade dos conteúdos;
- Aplicabilidade prática dos conceitos aprendidos;
- Conhecimento técnico e expertise docente;

- Compatibilidade da carga horária com as atividades realizadas;
- Metodologia de ensino;
- Material didático; e
- Avaliação.

11.2 Avaliação Institucional

Ao final de cada ano letivo, o aluno terá a oportunidade de contribuir para a melhoria contínua do curso por meio da participação na avaliação institucional. Essa avaliação envolve a consulta a professores (as), alunos (as) e equipe técnica, abrangendo diversos aspectos fundamentais para a qualidade da formação, como os elementos pedagógicos, o apoio oferecido, a infraestrutura disponível, o acesso à informação, as atividades de pesquisa e extensão e os processos de avaliação. Esse feedback é essencial para aprimorar o curso e assegurar que ele continue atendendo às necessidades e expectativas dos (as) participantes, alinhado aos padrões de excelência estabelecidos pela Emeron.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do "Manual de Avaliação" da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Emeron) reflete o compromisso da instituição com um modelo pedagógico que integra a avaliação como um componente ativo e fundamental no processo de formação. Este documento consolida uma abordagem avaliativa que transcende a simples mensuração, posicionando-a como um instrumento de aprimoramento contínuo para discentes e docentes.

Ao delinear as concepções de educação e aprendizagem, e ao detalhar uma gama diversificada de instrumentos avaliativos – desde metodologias tradicionais até abordagens ativas e inovadoras – o manual oferece um arcabouço sólido para que a prática docente seja orientada por princípios de ética, reflexão e relevância para a formação profissional jurídica. A ênfase na devolutiva construtiva e na transparência dos critérios de avaliação, por meio de rubricas, sublinha o objetivo de fomentar a autonomia e o protagonismo do estudante em seu próprio processo de aprendizado.

Em sua totalidade, o manual visa garantir que as avaliações na Emeron contribuam efetivamente para o desenvolvimento integral de magistrados e

servidores, capacitando-os com os saberes necessários para atuar de forma crítica e competente no cenário jurídico contemporâneo. A implementação dessas diretrizes assegura que a avaliação se configure como um pilar para a excelência educacional e para a contínua qualificação dos profissionais formados pela instituição.

REFERÊNCIAS

- ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. Estratégias de ensinagem. In: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate (org.). *Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula*. Joinville: Univille, 2003. p. 75-106.
- BLACK, P.; WILIAM, D. *Inside the Black Box: Raising Standards Through Classroom Assessment*. 1998.
- BROOKHART, S. M. *How to Give Effective Feedback to Your Students*. Alexandria: ASCD, 2017.
- CAMPOS, L. Estratégias didáticas no Ensino Superior: quando é o momento certo para se usar as estratégias didáticas no Ensino Superior? Disponível em: pdi.ufca.edu.br. Acesso em: 29 ago. 2025.
- CAMPOS, L. Variadas Estratégias de Ensino - Material Didático de Apoio ao Trabalho do Formador - Cursos de Formação de Formadores - FOFO Integrado - Modalidade Presencial. Brasília: 2016.
- ENFAM. *Diretrizes Pedagógicas*. Brasília, DF: Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, 2017. Disponível em: www.enfam.jus.br. Acesso em: 29 ago. 2025.
- ELOS EDUCACIONAL. O uso do registro reflexivo por gestores para a formação continuada de professores. Disponível em: eloseducacional.com. Acesso em: 29 ago. 2025.
- ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI: Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - Emeron 2022-2027. 2022. Disponível em: https://emeron.tjro.jus.br/images/PDI_Emeron_Publicado_DJE.pdf Acesso em: 29 ago.2025.
- ESTUDA ESCOLAS. Avaliação somativa: guia prático para aplicar em sua escola. Disponível em: estudaescolas.com.br. Acesso em: 29 ago. 2025.
- FGV DIREITO. Estudos de casos jurídicos. Disponível em: ejurparticipativo.direitosp.fgv.br. Acesso em: 29 ago. 2025.
- HATTIE, J.; TIMPERLEY, H. The Power of Feedback. *Review of Educational Research*, v. 77, n. 1, p. 81-112, 2007.
- LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2006.
- LUIZ, F. C. A metodologia da pesquisa no direito: a análise decisória aplicada à gestão de precedentes judiciais. Disponível em: site.conpedi.org.br. Acesso em: 29 ago. 2025.
- MACHADO, L. C. Material Didático Fundamentos e Práticas de Avaliação – ENFAM.
- MIRO. O que é mapa conceitual. Disponível em: miro.com. Acesso em: 29 ago. 2025.
- NICOL, D. J.; MACFARLANE-DICK, D. Formative Assessment and Self-regulated Learning: A Model and Seven Principles of Good Feedback Practice. *Studies in Higher Education*, v. 31, n. 2, p. 199-218, 2006.
- NOVA ESCOLA. Registro reflexivo: 7 dicas para incluí-los na rotina. Disponível em: novaescola.org.br. Acesso em: 29 ago. 2025.
- OLIVEIRA, J. D. Avaliação no Ensino Superior: modalidades, funções e instrumentos avaliativos no processo de ensino e aprendizagem. Disponível em: www.unicesumar.edu.br. Acesso em: 29 ago. 2025.
- PEARSON HIGHER EDUCATION. Como avaliar a ABP no ensino superior: 5 ferramentas eficazes. Disponível em:

hed.pearson.com.br. Acesso em: 29 ago. 2025.

PORTFÓLIO ELETRÔNICO. Disponível em:

www.ej-edu.org. Acesso em: 29 ago. 2025.

SADLER, D. R. *Formative Assessment and the Design of Instructional Systems*. 1989.

UNSW TEACHING. *Assessing Portfolio*. Disponível em:

www.teaching.unsw.edu.au. Acesso em: 29 ago. 2025.

VASCONCELLOS, E. C.; NASCIMENTO, P. R.; LEITE, S. A.; FOUTO, D. Os efeitos dos mapas conceituais na aprendizagem dos estudantes universitários. Disponível em:

eriodicos.sbu.unicamp.br. Acesso em: 29 ago. 2025.

VYGOTSKY, L. S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WIGGINS, G. Seven Keys to Effective Feedback. *Educational Leadership*, v. 70, n. 1, p. 10-16, 2012.

*** Nota Informativa sobre o Uso de Inteligência Artificial:** Este documento foi elaborado com o auxílio de tecnologias de Inteligência Artificial (IA), desenvolvidas para apoiar a redação, revisão e organização das informações aqui apresentadas. A utilização de IA visa garantir a precisão, eficiência e a consistência dos dados, respeitando sempre as diretrizes éticas e legais vigentes. Apesar do apoio tecnológico, todo o conteúdo foi revisado e validado por profissionais qualificados para assegurar a sua integridade e conformidade com os requisitos normativos aplicáveis.

ANEXOS

Anexo I - Modelo 1 - Ficha de Avaliação de Sentença

Os fatores analisados na sentença serão os seguintes:

Ata da audiência:

- Termo de depoimento
- Relatório
- Fundamentação
- Dispositivo

Ficha de Avaliação – Sentença

Nome do(a) aluno(a):						
Fator	Itens a serem avaliados	Avaliação				Pontuação
		Ótimo	Bom	Regular	Insuficiente	
Ata da Audiência	Uso do vernáculo					
	Coerência					
	Clareza					
	Concisão					
	Lógica					
	Requisitos obrigatórios					
	Uso do vernáculo					
Termo de Depoimento	Coerência					
	Clareza					
	Concisão					
	Lógica					
	Requisitos obrigatórios					
	Uso do vernáculo					
	Coerência					
Relatório	Clareza					
	Concisão					
	Lógica					
	Requisitos obrigatórios					
	Uso do vernáculo					
	Coerência					
	Clareza					
Fundamentação	Concisão					
	Lógica					
	Requisitos obrigatórios					
	Uso do vernáculo					
	Coerência					
	Clareza					
	Concisão					
Dispositivo	Lógica					
	Requisitos obrigatórios					
	Clareza					
	Concisão					
	Lógica					
	Requisitos obrigatórios					
	Clareza					
Conceito/Nota Final						

Fonte: Emeron. Formação Inicial de Magistrados, 2023.

Anexo II - Modelo 2 - Ficha de Avaliação de Sentença:

Como modelo de avaliação de elaboração de sentença, tem-se os seguintes itens e valoração de nota para cada item:

I - Relatório – ordem cronológica (2,0)

1. Qualificação

1.1 Autor; e

1.2 Réu.

2. Resumo das Teses e Alegações

2.1 Essência das alegações do autor;

2.2 Essência das alegações do réu; e

2.3 Síntese do conteúdo da réplica, se houver.

3. Síntese das Ocorrências do Art.331

3.1 Conciliação;

3.2 Fixação dos pontos controvertidos (esclarecer quais foram eles);

3.3 Deferimento de provas; Prova Pericial Necessária; e

3.4 Declaração de saneamento na audiência.

4. Síntese das Ocorrências da Instrução e Julgamento

4.1 Conciliação;

4.2 Colheita de prova; e

4.3 Síntese das alegações finais.

II – Fundamentação – ordem lógica (5,0)

1.1 Análise das questões preliminares ou prejudiciais - Art. 301 do CPC.

1.2 Análise de todas as questões de mérito (da mais importante para a menos importante). Exemplos:

- fixação da culpa;

- análise da extensão dos danos; e

- garantia para o cumprimento da decisão (constituição de capital).

III – Dispositivo (3,0)

1.1 Adequação do concedido ao solicitado pelas partes;

1.2 Deliberação por tópicos para evitar interpretação; equivocada (orações longas dificultam o entendimento);

1.3 Correta fixação dos honorários advocatícios, custas e despesas processuais; e

1.4 Adoção de medidas administrativas (correção da numeração dos autos, expedição de ofícios etc).

IV – Fecho

1.5 PRI, onde “P”=publique-se;

1.6 “R”=registre-se (ato de documentação, medida acautelatória de preservação do conteúdo da sentença);

“I”=intime-se (ato de dar ciência às partes do ato processual realizado para que adotem as providências que entenderem necessárias);

1.7 Autenticação do ato judicial: data e assinatura.

Ficha de Avaliação da Sentença			
Professor(a):			
Aluno(a):			
Disciplina:			
ITENS AVALIADOS	VALOR DO ITEM	NOTA OBTIDA	COMENTÁRIO
I – RELATÓRIO – ordem cronológica 1. QUALIFICAÇÃO 1.1 Autor; 1.2 Réu. 2. RESUMO DAS TESES E ALEGAÇÕES 2.1 Essência das alegações do autor; 2.2 Essência das alegações do réu; 2.3 Síntese do conteúdo da réplica, se houver. 3. SÍNTESE DAS OCORRÊNCIAS DO ART.331 3.1 Conciliação; 3.2 Fixação dos pontos controvertidos (esclarecer quais foram eles); 3.3 Deferimento de provas; Prova Pericial Necessária. 3.4 Declaração de saneamento na audiência. 4. SÍNTESE DAS OCORRÊNCIAS DA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO 4.1 Conciliação; 4.2 Colheita de prova; 4.3 Síntese das alegações finais.	2,0		
II – FUNDAMENTAÇÃO – ordem lógica 1.1 Análise das questões preliminares ou prejudiciais - Art. 301 do CPC. 1.2 Análise de todas as questões de mérito (da mais importante para a menos importante). Exemplos: - fixação da culpa; - análise da extensão dos danos; - garantia para o cumprimento da decisão (constituição de capital).	5,0		
III – DISPOSITIVO 1.1 Adequação do concedido ao solicitado pelas partes; 1.2 Deliberação por tópicos para evitar interpretação; equivocada (orações longas dificultam o entendimento); 1.3 Correta fixação dos honorários advocatícios, custas e despesas processuais; 1.4 Adoção de medidas administrativas (correção da numeração dos autos, expedição de ofícios etc)	3,0		
IV – FECHO 1.5 PRI, onde “P”=publique-se; 1.6 “R”=registre-se (ato de documentação, medida acautelatória de preservação do conteúdo da sentença); e “I”=intime-se (ato de dar ciência às partes do ato processual realizado para que adotem as providências que entenderem necessárias); 1.7 Autenticação do ato judicial: data e assinatura.			
AVALIAÇÃO	10,0		

Fonte: ENFAM. *Material Didático: Fundamentos e Práticas de Avaliação*. Brasília, 2017. Ficha de avaliação de sentença.

Anexo III - Ficha de Avaliação de Simulação de Audiências

Ficha de Avaliação de Simulação de Audiências						
Aluno(a):						
Fator	Itens a serem avaliados	Avaliação				Pontuação
		Ótimo	Bom	Regular	Insuficiente	
Pontualidade	Horário de entrada na sala					
	Horário do início da audiência					
Fator	Itens a serem avaliados	Avaliação				Pontuação
		Ótimo	Bom	Regular	Insuficiente	
Segurança na realização das atividades	Tom de voz					
	Contenção e equilíbrio emocional					
	Firmeza					
	Autoridade e espírito de liderança					
Fator	Itens a serem avaliados	Avaliação				Pontuação
		Ótimo	Bom	Regular	Insuficiente	
Condução da audiência	Objetividade e clareza da linguagem					
	Questionamentos às partes					
	Deferimento e indeferimento de questionamentos					
	Resolução de incidentes e condução da audiência					
Fator	Itens a serem avaliados	Avaliação				Pontuação
		Ótimo	Bom	Regular	Insuficiente	
Cordialidade	Trato com as partes					
	Trato com os procuradores					
	Trato com os depoentes					
	Trato com os servidores e auxiliares do juízo					
Conceito/Nota Final						
Observação: I – Ótimo (9,0 a 10) II – Bom (7,0 a 8,9) III – Regular (6,0 a 6,9) IV – Insuficiente (0 a 5,9).						
Considerações/feedback do(a) professor(a)						

Fonte: Emeron. Formação Inicial de Magistrados, 2023.